



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2010

**Cristina Teresa
Joaquim Sebastião
Francisco Bento**

**CONTRIBUTOS PARA UMA
CARACTERIZAÇÃO
LINGUÍSTICA DO LUANDENSE**



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2010

**Cristina Teresa
Joaquim Sebastião
Francisco Bento**

**CONTRIBUTOS PARA UMA
CARACTERIZAÇÃO
LINGUÍSTICA DO LUANDENSE**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica de Rosa Lídia Torres do Couto Coimbra e Silva, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

dedicatória

Esta dissertação é dedicada aos meus filhos que representam o meu norte, sem a motivação que constitui o espectro do seu futuro, nunca materializaria, entre tantos, este sonho e sem o seu apoio incondicional, principalmente, o da Eliane sempre presente e perspicaz.

o júri

presidente

Prof. Doutora Maria Eugénia Tavares Pereira
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

vogais

Prof. Doutora Lurdes de Castro Moutinho
Professora Associada da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Rosa Lídia Torres do Couto Coimbra e Silva (orientadora)
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Esta dissertação é fruto de um trabalho de cooperação, que contou com a sabedoria de nível comum à mais sistemática de família, amigos e colegas, que nos dão a sua participação na forma de conselhos, sugestões, incentivos, estímulos para levar por diante a tarefa a que nos propomos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me dar saúde.

Ao meu companheiro de longa data, pelo seu persistente encorajamento, auxílio, compreensão e incentivo, apesar da sua formação de base direccionar-se na área das Ciências e ter limitações no domínio das Línguas e Culturas;

À minha filha Eliane, agradeço pela sua disponibilidade, em todas as vezes que solicitei o seu parecer e visão, pela forma lúcida e empenhada com que sempre me deu o seu contributo;

À Doutora Rosa Lídia Coimbra, professora e orientadora desta tese, pelo seu grande rigor científico e pedagógico. Na verdade, este trabalho só foi conseguido graças à sua solicitude e compreensão pelas minhas falhas, limitações e, acima de tudo, espírito de incentivo.

À Universidade de Aveiro, mais precisamente ao Departamento de Línguas Culturas e Literaturas por me ter proporcionado o ingresso neste curso de mestrado e levado por diante esta ambição que residia apenas no meu íntimo;

Ao professor Doutor Victorino Reis, Reitor da Universidade Técnica de Angola, por toda a compreensão pelos meus momentos de ausência e baixa produtividade, conduzidos pelo cansaço e desvios de energia para todo este processo;

Aos meus filhos José Ricardo e Edjair, pelo apoio e compreensão nos momentos de maior irritação;

Aos meus sobrinhos, Wesa, Diva e Tó Zé, pelo seu imenso carinho, respeito e amizade incondicional;

À minha grande amiga Dulcília, amizade que se tem fortalecido em momentos de maior dificuldade, fragilidade e tensão.

palavras-chave

traços linguísticos, Angola, português vernacular; análise morfossintáctica

resumo

A língua materna é símbolo da “mãe” de qualquer país, transmitindo sinais fundamentais quer no âmbito do território interno como externo. Como comumente se refere “A língua fala por si”. O campo de investigação linguística é assim vasto e complexo, uma vez que envolve toda uma abrangência cultural, histórica, geográfica e política. Neste sentido, qualquer estudo enriquecedor nesta área terá de identificar todos estes prismas.

A realidade Angolana revela-nos que a língua oficial é utilizada apenas num estatuto definido e serve fundamentalmente de meio de comunicação em determinados contextos específicos, uma vez que, para além da linguagem de estatuto oficioso, existe uma enorme diversidade linguística, que essa sim é usada em contexto plurifuncional no âmbito dos diversos domínios como social, económico e cultural.

O presente estudo tem como principal objectivo a realização de uma análise de factores sociolinguísticos e históricos relevantes para a compreensão da génese e desenvolvimento do português vernáculo de Angola (PVA) a par das restantes línguas recorrentes do dia-a-dia do povo angolano. Para além destes aspectos, ao longo deste estudo procedemos a uma análise morfossintáctica do seu sintagma nominal e à análise dos fenómenos linguísticos no país em estudo partindo de um corpus de textos por nós recolhido em situação escolar.

Os vocábulos de qualquer língua constituem um conjunto ordenado com semelhanças de forma, de sentido e de função e, deste modo, podem ser classificados atendendo aos seguintes critérios: o formal ou mórfico, o semântico e o funcional. O critério formal baseia-se nas características da estrutura do vocábulo, o semântico no seu modo de significação e o funcional baseia-se na função ou papel que ele desempenha. Atendendo a estes critérios de análise, para além destes aspectos referenciados anteriormente, ao longo deste trabalho procedemos a uma análise morfossintáctica do seu sintagma nominal e à análise dos fenómenos linguísticos.

Este tema é fundamental para o desenvolvimento e reconhecimento das culturas locais e reconhecimento da própria língua portuguesa que no contexto angolano surge como um “português vernacular” de Angola com características inerentes às línguas faladas em diversas regiões deste país, atribuindo-lhe alguns aspectos específicos e de cariz singular.

No contexto linguístico, a aprendizagem da língua é fundamental para que este instrumento de comunicação permita a inerência das vantagens da sua unificação entre os povos, uma vez que uma única língua permite uma maior facilidade comunicacional entre os povos, contrariamente ao que se sucede em Angola na actualidade onde vigoram na prática a utilização de várias línguas. Desde logo, a eficácia e eficiência da aprendizagem nos primeiros anos de escolaridade das crianças angolanas revelará o sucesso futuro da utilização de um processo linguístico que poderá facilitar a união de um país com uma enorme dimensão territorial e com uma história de encontros e desencontros entre povos e marcado por configurações sociais únicas de enorme diversidade.

No entanto, uma identidade forte e unificada permitirá a partilha de um comum político, social e económico.

Ao longo deste estudo procurou-se analisar a população angolana, o seu quadro sociolinguístico e apontar algumas das características intrínsecas ao português de Angola, procurando assim contribuir para uma análise da evolução do português falado e escrito em Luanda e especificamente de Luanda. Para além disso, focalizou-se a análise no sentido de salientar a importância da continuidade da língua Portuguesa como língua oficial convivendo com as línguas maternas angolanas. Esta poderá ser uma solução para alguns dos problemas sociais e económicos do país, os quais abordaremos em maior detalhe ao longo do estudo, procurando para Angola a obtenção de um desenvolvimento sustentável, saudável e mais uno.

keywords linguistic traits, Angolan vernacular Portuguese, morphological and syntactic analysis

abstract The mother tongue is a symbol of "mother" of any country, or a key transmitting signals within the domestic territory and abroad. As is commonly referred, "language speaks for itself." The field of linguistic research is so vast and complex that it involves a whole range of cultural, historical, geographical and political issues. Hence, any study in this rich field will need to identify all of these aspects.

The Angolan reality shows that a language is used only in a defined status and serves primarily as a means of communication in certain specific contexts. In addition to the unofficial status of the languages, there is an enormous linguistic diversity, used in various multifunctional areas such as social, economic and cultural.

The aim of the present study is the analysis of the sociolinguistic and historical factors relevant to understanding the genesis and development of the Angolan Vernacular Portuguese (PVA) and other languages used daily by Angolan people.

The words of any language are an ordered set with similarities in shape, meaning and function and thus can be classified according to the following criteria: formal or morphological, semantic and functional. The formal criteria are based on the feature of the structure of the word; the semantic in their mode of signification and functional based on the function or role that it plays. Given these analysis criteria, this study presents morphological and syntactic analysis of the noun phrase and the examination of linguistic phenomena.

This theme is central to the development and recognition of local cultures and recognition of Luanda "vernacular Portuguese" with characteristics inherent to the languages spoken in various regions of this country, giving it some specific aspects and singular in nature.

In the context of language, language learning is crucial so that this communication tool will provide the inherent advantages of people unification, since a single language allows easier communication among peoples, contrary to what happens in Angola at present where the use of several languages prevail in practice. The effectiveness and efficiency of learning in a early schooling of Angolan children, will reveal the future success of using a linguistic process that could facilitate the union of a huge country with a territorial dimension and with a history of similarities and differences between peoples and marked by unique social settings of great diversity.

However, a strong and unified identity will enable the sharing of a common political, social and economic development.

Throughout this study we sought to analyze the Angolan population in/within its sociolinguistic context and to highlight some of the intrinsic characteristics of the Luanda Portuguese, thus seeking to contribute to an analysis of the evolution of written and spoken Angolan Portuguese. In addition, the analysis has focused the importance of continuity of the Portuguese language as oficial language living together with the mother tongues of Angola. This may be a solution to some of the social and economic problems of the country, which we discuss in greater detail throughout the study, searching for Angola to achieve a sustainable, healthy and unified development.

ÍNDICE

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. A POPULAÇÃO ANGOLANA | 4 |
| 2. O QUADRO SOCIOLINGUÍSTICO EM ANGOLA..... | 7 |
| 2.1 <i>O Contexto Político e os fluxos migratórios e suas influências</i> | 13 |
| 2.2 <i>Contexto Sociocultural</i> | 15 |
| 3. ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA E ÁFRICA..... | 19 |
| 4. POLÍTICA LINGUÍSTICA E O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA..... | 24 |
| 4.1 <i>Factores influenciadores de uma nova realidade linguística</i> | 24 |
| 5. O PORTUGUÊS DE ANGOLA | 26 |
| 5.1 <i>Descrição dos traços linguísticos do Português de Luanda</i> | 27 |
| 5.1.1 <i>Descrição dos traços linguísticos do Português de Luanda: recolha de dados primários</i> | 27 |
| 5.1.2 <i>Descrição dos traços linguísticos do Português de Luanda</i> | 32 |
| 5.2 <i>Traços distintivos entre o Luandense e o PE (Português Europeu)</i> | 40 |
| 5.3 <i>Interferências das Línguas nativas no Português de Luanda</i> | 48 |
| 6. SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA | 56 |
| 6.1 <i>Estatísticas de Escolarização</i> | 56 |
| 6.2 <i>Ensino da Língua</i> | 56 |
| 6.3 <i>O Ensino da Língua e a Formação de Identidade Nacional</i> | 60 |
| CONCLUSÃO | 65 |
| BIBLIOGRAFIA | 68 |

ÍNDICE QUADROS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO | 5 |
| QUADRO 2 – GRUPOS E SUBGRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS DE ANGOLA (FORMAS DE ESCRITA) | 8 |
| QUADRO 3 – FAMÍLIAS LINGÜÍSTICAS ANGOLANAS | 12 |
| QUADRO 4 – DESCRIÇÃO DA AMOSTRA | 28 |
| QUADRO 5 – GRAU DE CONCORDÂNCIA COM EXPRESSÕES LINGÜÍSTICAS | 29 |

ÍNDICE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|---|
| FIGURA 1 – MAPA GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DE ANGOLA | 9 |
|--------------------------------------------------------------------------|---|

LISTA DE ABREVIATURAS

PVA - Português Vernáculo de Angola

LAA - Línguas Africanas de Angola

LN – língua nacional

LO – língua oficial

LP – Língua Portuguesa

Introdução

O passado de expansão dos portugueses levou à sua expansão e instalação praticamente para a totalidade dos continentes, desde a Ásia à América, não esquecendo África, espalhando a sua cultura e costumes, língua e falares por todo o mundo. Em resultado, a Língua Portuguesa é hoje uma das línguas faladas por mais habitantes, em que “O mundo lusófono é avaliado hoje entre 170 e 210 milhões de pessoas. O português, oitava língua mais falada do planeta (terceira entre as línguas ocidentais, após o inglês e o espanhol), é a língua oficial em sete países: Angola (10,3 milhões de habitantes), Brasil (157 milhões), Cabo Verde (346 mil), Guiné Bissau (1 milhão), Moçambique (15,3 milhões), Portugal (9,9 milhões) e São Tomé e Príncipe (126 mil).” (Marcos, 20001). Mas questionamos: que género de Português é falado pelo mundo fora, por povos com passados culturais e linguísticos tão distintos do de Portugal e entre si? A minha percepção sugere-me que, a partir do momento em que uma língua é dada a conhecer a alguém, seja esse alguém individual ou colectivo, já não se pode controlar o seu processo de crescimento, mas antes orientá-la, por meio de estratégias, pelo percurso pretendido, pois o modo como ela evolui é, em parte, condicionado por factores externos. O objectivo deste trabalho é análise destes factores condicionantes, concretamente no seio Angolano e, conseqüentemente, no luandense.

A realidade de Angola é muito diversificada, constituída por grupos étnicos diferentes, por culturas diferentes que coabitam no mesmo espaço nacional, sem por vezes se aperceberem disso. O início da era colonizadora procurou suavizar este facto, e tentou “moldar” as pessoas à sua cultura, ao seu modo de vida e ao seu idioma, mas essas tentativas não surtiram muito efeito nas comunidades nativas. De facto, a cultura portuguesa só conseguiu penetrar, através de políticas agressivas e impositivas nas línguas e cultura angolanas já durante a fase de declínio do império português, faltavam não muitos anos para a independência das colónias.

A partir da independência, houve uma transformação no país devido ao estatuto de língua oficial, “de poder”, conferida ao português. Grande parte dos habitantes não tinham

qualquer ligação com a língua, mas passaram a perspectivá-la, já não como a língua do colonizador, mas viram-se forçados a assimilá-la como língua veicular, que deveriam utilizar no quotidiano e como a língua de unidade nacional. Nessa altura, existia a certeza de que, apesar da vã tentativa de obliterar toda uma cultura, as línguas nativas eram uma parte significativa das comunidades de falantes e tinham ultrapassado as barreiras linguísticas, instalando-se até hoje na variante linguística que é o português falado em Angola.

Luanda, capital de Angola, tem sido o grande centro urbano e costeiro do país, para onde convergiu a grande maioria da população, proveniente de todas as zonas do território nacional. Estas questões surgiram como motivação para a minha escolha do português falado em Luanda como exemplificativo da amálgama de idiomas e dialectos existentes em Angola.

Segundo Anglusa. (2009), em 11 de Setembro de 2006, José Eduardo dos Santos, afirmou o seguinte:

Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adoptada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes Línguas Africanas de Angola [LAA], até aqui designadas de “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras (Anglusa, 2009:pp. 1).

O presente trabalho irá debruçar uma maior atenção sobre a influência do português na comunidade nativa angolana e sobre a influência das línguas locais (com exemplos específicos das semelhanças entre estruturas das línguas locais e do português de Luanda), não esquecendo como o português de Luanda, no seu uso quotidiano, ainda hoje se afasta do português-padrão.

Pretende-se assim comprovar que “a preservação e constante valorização das diferentes LAAs”, às quais José Eduardo dos Santos se referiu, foram esquecidas durante décadas em prol da tentada disseminação da Língua Portuguesa enquanto “língua de dimensão nacional”. Somente há pouco tempo é que as entidades governativas do país tomaram consciência de algo que as comunidades de especialistas e intelectuais há muito discutiam. É urgente transformar o sistema educativo nacional de modo a que reflecta a realidade e diversidade Angolana. É talvez ainda mais imperativo que se apoie devidamente o nascimento de uma literatura angolana escrita em línguas locais, pois a transformação de mentalidade e a construção de um sentimento de unidade e identidade nacional passa, em grande parte, pela educação e hábitos de leitura.

O presente trabalho encontra-se subdividido em sete partes, iniciando pela introdução ao estudo da contextualização da população angolana, procurando transmitir aos leitores as características deste povo. Numa segunda parte é analisado o quadro sociolinguístico em Angola, contextualizando, inicialmente, os aspectos políticos e os fluxos da população ao longo dos tempos, bem como as suas consequências para a população. Num terceiro capítulo é abordado o estatuto da língua portuguesa em toda a África, de modo a contextualizar toda a evolução da língua Portuguesa, a sua importância, a alfabetização e de seguida, num quarto capítulo surge o estudo da política linguística, fundamentalmente dos factores influenciadores de uma nova realidade actual de influência linguística. O capítulo quinto analisa o português de Luanda, partindo de um corpus de produções linguísticas recolhidas a partir de diálogos do quotidiano, dos órgãos de informação social, de entrevistas, *talk shows*, televisão, jornais etc., das quais se descreveram os fenómenos em estudo e alguns dos traços linguísticos e distintivos da língua falada e escrita na Europa, terminando com a explicação de toda a interferência das línguas nativas no português de Luanda. O capítulo sexto aborda o sistema educativo em Angola, como indicadores estatísticos de escolarização e evolução do ensino linguístico, que teve e tem um enorme impacto na explicação da evolução da língua no país. Finalmente são apresentadas as principais conclusões do estudo procurando resumir os aspectos fulcrais na temática em estudo.

1. A População Angolana

De acordo com Zau (2002) Angola apresenta uma grande diversidade étnica e cultural, sendo maioritariamente de origem *bantu*. Ou seja, a maioria da população fixada a sul do Equador e todos os povos com língua de raiz *ntu*, a qual designa o homem e o seu plural é precisamente *bantu*. De acordo com o sítio oficial Angolano¹, a estimativa da população angolana era cerca de 11.190.786 habitantes em 2005, distribuídos pelas 18 províncias administrativas do país, o que lhe confere uma densidade populacional de cerca de 9 habitantes por km². As cidades mais populosas são Luanda, Huambo e Benguela. A população da província de Luanda resultou do processo de deslocação das populações após a independência nacional e, por outro lado as províncias do interior apresentam uma quebra de população.

A população é maioritariamente jovem, visto que os indivíduos até aos 14 anos de idade correspondem em média a 43.4% (2,454,209 sexo masculino / 2,407,083 sexo feminino) da população total. A população activa dos 15 aos 64 anos situa-se nos 53.7% (3,059,339 sexo masculino / 2,955,060 sexo feminino) da população total. A esperança de vida dos Angolanos está em média nos 38,43 anos, sendo 37.28 anos para o sexo masculino e 39.64 anos para o feminino.

¹ <http://www.angoladigital.net>

Quadro 1 – Estrutura etária da população

| Características popul. por idade | 1987 | 1988 | 1889 | 1990 |
|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| 0 – 14 anos | 4.132 | 4.243 | 4.357 | 451 |
| 15 – 19 anos | 900 | 925 | 951 | 982 |
| 20 – 29 anos | 146 | 1.499 | 1.539 | 1.583 |
| 30 – e + anos | 2.741 | 2.816 | 2.892 | 2.945 |
| Total | 7.919 | 9.483 | 9.739 | 5.961 |

Fonte: Zau (2002)

Em 2005 cerca de 44% da população tinha idade inferior a 14 anos e apenas 2,8% tinha mais de 65 anos e a média das idades do sexo masculino era de 18,12 anos e 18,11 anos do sexo feminino. No mesmo ano, a taxa de natalidade era de 44,64 nascimentos por 1000 habitantes e a taxa de mortalidade era de 25,9 mortes por 1000 habitantes. E de acordo com Zau (2002) são a malária, o HIV-Sida, as doenças diarreias agudas, o sarampo, a tuberculose e o tétano que mais afectam a população angolana como maior causa de doença e morte.

Relativamente ao nível de alfabetização e educação, a população angolana apresenta um índice muito elevado de analfabetismo (80,4%) e possui um nível de educação muito baixo. Esta situação reflecte-se na estrutura profissional de baixa qualificação e num nível de qualidade de vida inferior. As últimas estimativas disponíveis remontam a 1998, as quais apontam para apenas 42% da população com idade igual ou superior a 15 anos saber ler e escrever. Esta taxa apresenta um grande diferencial entre ambos os sexos, em que cerca de 56% dos homens sabe ler e escrever e apenas 28% das mulheres detém essas mesmas características.

Em termos de organização política e administrativa, Angola assistiu à implementação da democracia pluripartidária e à realização das primeiras eleições democráticas em 1992, em que a constituição estabeleceu a partir dessa data um sistema semi-presidencialista com um Presidente da República, uma Assembleia Nacional, tribunais e um Governo como órgãos de estado.

As estimativas oficiais publicadas no sítio da internet do governo Angolano salientam ainda que, as estimativas de 1998 apontam para cerca de 45% a 50% da população pratica as religiões tradicionais africanas, cerca de 35% a 40% são católicos e 15% protestantes.

Para além destes aspectos característicos da população angolana, importa referir uma outra característica que resulta da grande diversidade de grupos etnolinguísticos, a qual caracterizamos de seguida.

2. O Quadro Sociolinguístico em Angola

A realidade linguística que nos abraça é culturalmente tão diferenciada quanto a diversidade de etnias existentes no país, realizando as funções socioculturais e identitárias da população. Entrecruzam-se pelo país seis línguas nacionais, de carácter mais abrangente: kimbundu (quimbundo), kikongo (quicongo), umbundu (umbundo), chocué (tchokwe), fiote e cuanhama (cf. figura 1). O português é a língua veicular, língua da administração, comunicação social e ensino, mas a identidade nacional é preenchida pelas línguas africanas (Inverno, 2005).

Zau (2002) refere que cerca de 70% da população fala as diversas línguas, entre as quais a língua oficial angolana, o Português e as outras línguas não oficiais e bastante faladas são os idiomas de origem Bantú, o seja o Ovibundo, o Kimbundo, o Kikongo, o Lunda, o Ganguela, o Lutchaze e o Ovampo. O Bochimano, e todos os dialectos daí provenientes, são falados no sul, por uma pequeníssima minoria, junto ao Rio Cunene. Algumas delas projectam-se para além das fronteiras territoriais de Angola, como o chocué – também falada no Congo; o kikongo – falada no norte e nas duas Repúblicas congolenses; o umbundu – no sul de Angola e na Zâmbia; por esse motivo o conceito de “Línguas nacionais”, adoptado na aurora da nossa independência, progrediu para “Línguas nacionais africanas”. Não podemos ainda descurar o estatuto e o papel do português que, enquanto língua oficial, tem uma forte presença em todo o território nacional.

Segundo Inverno (2004) Angola é o segundo maior país de língua oficial portuguesa. No entanto, o país encontra-se povoado com uma forte concentração nas cidades costeiras e tem como língua materna uma ou mais das 40 línguas existentes no país. As mais significativas são o umbundo (4.000.000), o quimbundo (3.000.000) e o quicongo (1.144.000 falantes). O português é falado como língua materna por apenas 57.600 falantes, maioritariamente, por habitantes dos centros urbanos do litoral, como elites e jovens. Dado o vasto território angolano, este é o segundo maior país de língua oficial portuguesa. No entanto, apresenta ainda como línguas maternas mais de quarenta línguas bantu.

Quadro 2 – Grupos e Subgrupos Etnolinguísticos de Angola (Formas de escrita) Povos Bantos

| Corrente em Português | Corrente em Português | Corrente na Língua nativa |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------------|
| Grupo Conguês (Língua = Kicongo) (Bakongo-Kikongo) | | |
| 1- Maiombes | Lombes | Bayombe |
| 2- Babilis | Vilis | Bavili |
| 3- Bassundis | Sundis | Basundi |
| 4- Baluangos | Luangos | Balwango |
| 5- Balinges | Linges | Balinji |
| 6- Bacongos | Congos | Bakongo |
| 7- Bauoios | Uoios | Bawoyo |
| 8 – Bassolongos | Solongos | Basolongo |
| 9- Baxicongos | Congos | Bachikongo |
| 10- Bazombos | Zombos | Bazombo |
| 11- Bacanos | Canos | Bakano |
| 12- Bassossos | Sossos | Basoso |
| 13- Majacas | Lacas | Bayaka |
| 14- Mussucos | Sucos | Basuku |
| Grupo Ambundo (Língua = Quimbundo) (Ambundu – Kimbundu) | | |
| 15- Dembos | Dembos | Jimdembo |
| 16- Maungos | Hungos | Bahungu |
| 17- Calandulas | Landulas | Balandula |
| 18- Negolas | Ngolas | Angola |
| 19- Gingas | Gingas | Ajinga |
| 20- Holos | Holos | Aholo |
| 21- Bondos | Bondos | Mbondo |
| 22- Bângalas | Mbangálas | Imbangala |
| 23- Quissamas | Quissamas | Kisama |
| 24- Libolos | Lubolo | Lubolo |
| 25- Hacos | ---- | ---- |
| 26- Songos | Songos | Asongo (Masongo) |
| 27- Quibalas | Quibalas | Ibala |
| 28- Mussendes | Sendes | ---- |
| Grupo Lunda-Quioco (Língua= Lunda e Quioca) (Lunda-Tchokme) | | |
| 29- Lundas | Lundas | Tulanda |
| 30- Quiocos | Quiocos | Tutchokwe |
| 34- Cacongo | Congos | Tukongo |
| 35- Camatapas | Matapas | Tumatapa |
| 36- Xinjes | Xinjes | Maxinji (Tuxinji) |
| 37- Minungos | Minungos | Tuminungu |
| Grupo Luba (Língua= tchiluba) (Baluba-Tchiluba) | | |
| 31- Bena Mais | Mais | Bena Mai |
| 32- Bena Luluas | Luluas | Bena Lulua |
| 33- Balubas | Lubas | Baluda |
| Grupo Ovimbundo (Língua –umbundo) (Baluba-Tchiluba) | | |
| 38- Ambois | Mbois | Vambui |
| 39- Pindas (mupindas) | Pindas | Vapinda |
| 40- Seles | Seles | Vasele |
| 41- Sanjis | Sanjis | Ovisanji |
| 42- Bailundos | Bailundos | Vambalundu |
| 43- Dombes | Dombes | Vandombe |
| 44- Quiacas | Quiacas | Vatchyaka |
| 45- Humabos | Humabos | Vauambo |
| 46- Bienes | Vienos | Vavyie |
| 47- Hanhas | Hanhas | Vaanya |
| Grupo GuanguelaConguês (Língua = tchinganguela) (Ngangela-Tchingangela) | | |
| 52- Luimbés | Luimes | Maluimi (Valuimbi) |
| 53- Gongueiros | Gongueiros | Vangongelo |
| 54- Nhembas | Nhembas | Vanyemba |
| 55- Ganguelas | Nganguelas | Vangangela |
| 56- Ambuelas | Mbuelas | Vambwela |
| 57- Luenas | Luenas | Malwena (Tulwenaou Baluvalé) |
| 58- Luachazes | Luachazes | Balutchazi |
| 59- Bundas | Bundas | Balunda |
| 60 – Bacangalas | Cangalas | Vakangala |
| 61- Camaches | Maches | Vamichi (Akwakwando) |
| 62- Vaiauma | Laumas | Vayauma |
| 63- Valuios | Luios | Valuyo |
| Grupo Herero (Língua=tchihelelo) (Helelo-Tchihelelo) | | |
| 64- Dimbas | Ndimbas | Ovandimba |
| 65- Chimbas | Himbas | Ovahimba |
| 66- Chavicias | Chavicias | Ovatshyavikwa |
| 67- Cuanhocas | Cuanhocas | Ovakwanyoka |
| 68- Mucubais | Cuvalés | Ovakuvale |
| 69- Guendelengos | Guendelengos | Ovanguendelengo |
| Grupo Lunda-Quioco (Língua= Luanda e Quioco) (Luanda-Tchokwe) | | |
| 70- Mumuilas | Muilas | Ovamwila |
| 71- Gambos | Ngambos | Ovangambwe |
| 72- Humbes | Humbes | Ovankhumbi |
| 73- Dongoenas | Ndongoenas | Ovandongwena |
| 74- Hingas | Hingas | Ovahinga |
| 75- Cuañcuas | Cuañcuas | Onkhwankhwa |
| 76- Handas da Mupa | Handas da Mupa | Ovahanda |
| 77- Handas do Quipungo | Handas do Quipungo | Ovahanda |
| 78- Quipungos | Quipungos | Ovatshipungu |
| 79- Quilengues-Humbes | Quilengues-Humbes | Ovatshilenge-Humbi |
| 80- Quilengues-Musós | Quilengues-Musós | Ovatshilenge-Muso |
| Grupo Ambó (Língua=tchivuanhama) (Ambo-Tchikwanyama) | | |
| 81- Evals | Vales | Ovavale |
| 82- Catimas | Catimas | Ovakafima |
| 83- Cuanhamas | Cuanhamas | Ovvakwanyama |
| 84- Cuamatos | Cuamatos | Ovvakwamatwi |
| 85- Dombondolas | Dombondolas | Ovadombondola |
| Grupo Xindonga | | |
| 86- Cuangares | Cuangares | Vakwangali |
| 87- Candundos | Ndundos | Vandundo |
| 88- Cussos | Cussos | Vakuso (Mambukuso) |
| 89- Vanhengos | Nhengos | Vanyengo |
| 90- Diricos | Diricos | Ovadiliku (vadiliku) |
| Povos não Bantos | | |
| 91- Cuisses | Cuisses | Ovakwisi |
| 92- Cuepes | Cuepes | Ovakwepe |
| 93- (Bochimanes) Cungues | Cungues | Kung |

| | | |
|---------------|-----------|------------|
| 48- Cacondas | Cacondas | Vakakonda |
| 49- Galangues | Galangues | Vangalangi |
| 50- Sambos | Sambos | Vasambo |
| 51- Gandas | Gandas | Vanganda |



Fonte: Zau (2002)

Entre os grupos etnográficos mais importantes, Zau (2002) destacou 11 grupos étnicos por regiões (cf. figura 1):

- i.* Grupo Bakongo
- ii.* Grupo Ambundo
- iii.* Grupo Ovimbundo
- iv.* O Grupo Lunda-Quioco
- v.* Grupo Ganguela
- vi.* Grupo Nhaneka-Humbe
- vii.* Grupo Ovambo
- viii.* Grupo Herero
- ix.* Grupo Okavango
- x.* O Grupo Khoisan
- xi.* “Grupo” de maior contacto com a cultura portuguesa.

O grupo *Lunda-Quioco* está instalado predominantemente no nordeste de Angola. Eram cerca de 360.000 pessoas em 1960 e usam como principal língua materna o *cokwe*.

O grupo *Guanguela* é o mais heterogénio de Angola, corresponde a cerca de 300.000 pessoas e o *Tchinganguela* é a língua materna deste grupo.

O grupo *Nhaneka-Humbe* é o grupo etnolinguístico mais conservador de Angola e, em 1960, eram cerca de 200.000 falantes da sua língua materna, o *Olunianeca*.

O grupo *Ovambo*, com pequena representatividade, cerca de 63.000 pessoas, falam a língua materna o *Cuanhama*.

O grupo *Herero* tem como língua materna o *Tchielelo*.

O grupo *Okavango* são caracteristicamente pescadores e agricultores do sudeste que apenas circunstancialmente interferem na história angolana.

O grupo *Khoisan* representa um grupo etnolinguístico não *Bantu* e é constituído por um pequeno núcleo de pessoas.

Finalmente, o “Grupo” de maior contacto com a cultura portuguesa (*Herero* e os não *Bantu*) reduziu-se substancialmente após a independência de Angola. No entanto, apesar de reduzido, dadas as características deste grupo, como um maior nível de escolarização e preparação, este conjunto de pessoas acabou por deter algum destaque e alcançar cargos no seio da vida política, social, económica e religiosa comparativamente com os restantes grupos etnolinguísticos. Habitualmente encontram-se assim ligados às zonas mais urbanas e mais afastados das culturas tradicionais.

De acordo com Quino (2009), a população angolana é maioritariamente formada por povos de origem *Bantu*, não *Bantu* e descendentes Europeus. Tal como referido anteriormente, o autor refere que Angola é um país claramente plurilingue, dado que integra uma variedade linguística com uma enorme diferenciação entre si, sendo esta característica comum aos restantes países africanos. Este autor agrupou esta diversidade linguística em duas famílias, a família Neolatina e a família de línguas Africanas de Angola (LAA) (cf. quadro 3).

Quadro 3 – Famílias Linguísticas Angolanas

| Famílias Linguísticas | Exemplos | |
|-----------------------------------|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Neolatina | Língua Portuguesa (LP) | |
| Línguas Africanas de Angola (LAA) | Bantu (LB) | Cokwe Kimbundu Kikongo Olunyaneka nkumbi Oxikwanyama Umbundu Oxiwambo |
| | Não Bantu (LNB) | Khoisan Vátwa |

Fonte: Quino (2009)

Para o autor, a realidade demonstrou que as línguas pertencentes à segunda família, oficiosamente consideradas nacionais, não gozam de um estatuto definido e, deste modo, acabam por servir apenas de língua de comunicação em espaços e situações específicas. Ao passo que a língua neolatina é utilizada de um modo plurifuncional nos domínios de todo o contexto do país, ou seja, social, político, económico e cultural.

Actualmente a língua Portuguesa surge no âmbito escolar como língua oficial, o que, segundo Quino (2009), poderá ser um factor de unidade entre o povo angolano e permitirá uma aproximação e uma maior comunicação generalizada.

As grandes mudanças históricas, políticas e sociais que ocorreram no território angolano desde o início da colonização portuguesa, passando por 1975, ano da sua independência de Portugal, até ao presente momento, tiveram uma tradução quase paralela nas transformações linguísticas da comunidade de falantes. Não nos devemos esquecer que os acontecimentos políticos que tiveram lugar desde a presença dos portugueses em território angolano tiveram fortes consequências a nível cultural: os encontros entre povos e culturas implicam sempre um constante fluxo de vivências e partilha de experiências, ainda que estas tenham lugar de modo involuntário. Por estas razões, torna-se necessário abordar com maior pormenor os acontecimentos e respectivas repercussões no contexto linguístico do país.

2.1 O Contexto Político e os fluxos migratórios e suas influências

A instabilidade sentida pela população angolana teve início no período temporal que antecedeu a sua independência de Portugal. O início do conflito entre milícias nacionais e o governo português, em 1961, levou cerca de 400 mil habitantes de áreas rurais a refugiarem-se no Congo (onde entraram em contacto com outras línguas locais, como o francês e o lingala) e outros 700 mil “deslocados” a fazerem o percurso do interior do território para zonas costeiras. Em 1975, devido à guerra civil entre a UNITA e o MPLA, esses “refugiados”, que já haviam regressado ao seu país, vêem-se mais uma vez forçados a voltar ao Congo. Durante 1990 e 1992, regista-se uma interrupção temporária do conflito, levando os habitantes a voltar às suas origens mas, tal como Cunha (2001) refere, “...este regresso traria consigo grandes transformações linguísticas marcadas pelo intenso contacto com outros povos, línguas e situações” (Cunha, 2001: pp. 2). Uma segunda guerra civil, com maior incidência na zona urbana, propiciou a que os habitantes abandonassem a costa em direcção ao interior do país. Actualmente, a grande maioria dos “refugiados” encontram-se instalados em zonas urbanas, como Luanda, mantêm ainda influências adquiridas durante esse período de sucessivas migrações, como empréstimos culturais e linguísticos que se foram instalando nos seus quotidianos e dos quais muito dificilmente se conseguiriam separar.

Na perspectiva de uma implementação do discurso colonial, o português foi assumido como arma de dominação, até mesmo de controlo sobre os colonizados, devido a uma necessidade de colocar os mesmos num patamar de submissão. Para isso, foram impostas medidas que restringiam o uso das línguas indígenas no plano social, educacional e religioso, estratégia política que merece uma breve delineação cronológica.

Num primeiro período da colonização, entre 1575 e 1750, o idioma dominante era o kimbundu, apesar de o português ser já a língua oficial, em grande parte devido à formação

de uma elite afro-portuguesa que tinha a cargo a direcção dos centros urbanos e das administrações locais. Vansina (2001) afirma que “embora esta elite tivesse um bom conhecimento de português, era falante nativa de kimbundu ou kikongo, o que terá resultado na formação de um dialecto de kimbundu altamente influenciado pelo kikongo, as duas línguas mais faladas nas áreas controladas pelos portugueses, e não na formação de uma variedade urbana do português altamente influenciada pelo kimbundu e pelo kikongo (Inverno, 2009: pp. 2) ”.

Apesar das sucessivas tentativas de impedir este avanço linguístico da cultura africana, nomeadamente o decreto de 1765 que desencorajava o uso de línguas africanas no ensino dos filhos dessa elite, o kimbundu “reestruturado” mantém a sua influência até finais do século XIX. Desde a conquista da independência nacional o governo angolano teve claramente como intenção a preparação para que as LAA surgissem com um estatuto similar à LP (Quino, 2009), facto que se reflectiu na criação desse mesmo estatuto em 1979, pelo Instituto Nacional de Línguas, o qual foi aprovado pelo Governo Angolano e assim, foi atribuído estatuto oficioso de LN às LAA e o de LO à LP.

Este facto, de certo modo pode ter contribuído para que, contrariamente ao previsível, o idioma português tenha ainda hoje uma fraca posição no meio das comunidades nativas, de modo que a supremacia linguística pertencia ainda aos nativos, ou pelo menos, a uma reestruturação de duas línguas nativas. Este excerto da autora tem grande importância, uma vez que sugere o aparecimento de um novo dialecto, profundamente baseado no kimbundu e no kikongo, em nada influenciado pelo português. Conclui-se, portanto, que o contacto dos nativos com a língua europeia seria mínimo ou praticamente inexistente.

2.2 Contexto Sociocultural

Em meados do século passado, é com a considerável chegada de novos colonos portugueses que o português se vai lentamente tornando na língua mais utilizada pelos falantes angolanos. Na verdade, até à década de 50, apenas uma pequena percentagem da população dominava e utilizava o português frequentemente. A situação linguística transforma-se consideravelmente com o denominado processo de *assimilação*², pelo qual os nativos teriam de passar para atingirem um *status* económico-social bem como um estilo de vida similares ao dos europeus. Esta estratégia política implicava o completo domínio da língua do colonizador, o que conferiu aos habitantes uma verdadeira motivação para a apreensão do português europeu. A partir daí, era inevitável não se associar o comportamento linguístico individual à educação e proveniência social, surgindo este factor, como afirma Carvalho (1991: p.13): “o uso da língua associava-se, na sociedade colonial, ao prestígio social que o indivíduo gozava, pois quanto mais próximo da linguagem-padrão estava a variedade linguística por ele usada, maior o prestígio de que gozava na sociedade”. Contudo, o acesso à educação foi sempre limitado, logo é provável que o ensino da língua tenha ficado a cargo de indivíduos parcialmente bilingues em português, sendo por isso natural que tenha resultado numa mudança linguística incompleta, com profundas influências de substrato (línguas bantu), um português afastado da língua-padrão. Na opinião de Inverno (2009) “a manutenção das línguas bantu como línguas maternas da maior parte da população angolana parece indicar que este processo está ainda muito longe do seu término, sendo por isso difícil prever os resultados linguísticos finais do mesmo (Inverno, 2009: pp.4)”.

Apesar do carácter impositivo primário da língua portuguesa, ela é actualmente produto de uma dinâmica de aculturação, que comporta adaptações, reinterpretações e reinvenções, transformando-se numa língua distante do seu padrão europeu. Por altura da independência, o Português foi assumido como a língua literária, política e de coesão nacional, entre os diferentes grupos étnicos do território nacional angolano e como um

² Para se chegar à condição de “assimilado”, e obter os benefícios a ela inerentes, era necessário falar e escrever fluentemente o português europeu, vestir e professar a mesma religião que o país colonizador.

elemento essencial na construção de identidade cultural. Para além dos aspectos enumerados, segundo Mateus (1985) é apenas um meio de comunicação e permite a difusão de conhecimentos científicos e técnicos e para o contacto oficial com o exterior, dado que sob o ponto de vista externo é fundamental a utilização linguística oficial como símbolo de identidade nacional reconhecido.

Para Mingas (1998) uma língua pode constituir um factor gregário numa comunidade que resulta da construção histórica o qual se consolidou após uma tensão dialéctica. Isto é, entre o processo de aceitação e repulsa, a imposição e a liberdade subjacente ao poder colonial e a permanente necessidade da liberdade por parte do povo angolano. Actualmente, convertida numa força unificadora, a língua portuguesa é um instrumento poderoso conquistado ao regime colonial que servirá para a coesão administrativa do país, mas reunindo especificidades próprias que se sobrepõem ao português padrão e que poderá ter maior eficácia que este, na construção de uma identidade nacional.

Essas novas formas de expressão começam a definir o desenvolvimento de um português de Angola, demarcado pela confluência e influência das línguas nacionais de origem bantu com o português, o qual de acordo com Inverno (2008) se classificam de “*português vernacular*” Assim, este português vernacular de Angola apresenta variações de região para região e de acordo com as características inerentes às línguas faladas nessas mesmas regiões. Neste sentido, de acordo com o estudo de Mingas (1998) surge uma nova realidade Angolana, à qual se denominou de “português de Angola” ou “angolano”, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora o caso angolano se encontre ainda num estado embrionário, já apresenta algumas especificidades próprias. Segundo a autora [...] Pensamos que, em Angola, o “português de Angola” sobrepor-se-á ao “português padrão” como língua segunda dos angolanos (Mingas, 1998: pp. 115).

Inverno (2004) realizou um estudo piloto com o principal objectivo de compreender o grau de influência dos processos sociais e linguísticos na origem dos vernáculos, concretamente do português vernáculo do Brasil e do português vernáculo de Angola. Para a autora, quando referenciamos o português vernáculo de Angola, contrariamente ao Brasileiro, abordamos não uma língua de um país, mas sim uma língua falada por diversas classes sociais de elite específicas, de regiões geográficas definidas, tais como centros urbanos. Os três factores apontados para esta situação são os seguintes:

- i.* Situação sociolinguística da zona costeira angolana, à qual os portugueses chagaram e primeiramente implementaram reinos hierarquizados e estruturados, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista político. Nestas zonas a língua própria tinha origem essencialmente no reino do Congo. Neste sentido, estas foram zonas com forte domínio político português e de grande concentração da elite afro-portuguesa;
- ii.* Maioritariamente a população é constituída por africanos, o que não facilitou a reestruturação linguística e deste modo não estariam reunidas as condições para a formação de um português. Surge assim o conceito de “mestiço” como significado de palavras portuguesas acomodadas ao “génio do mundo”. Ou seja, em Angola surge como que uma interacção mútua entre ambas as línguas, que por um lado implica o empréstimo de modelo estruturado português, mas com a manutenção de um meio de comunicação envolvido pela cedência da linguagem materna por parte de todos os falantes;
- iii.* A lentidão de todo o processo de expansão do domínio político e português e da difusão da língua a todo o espaço territorial impede a proliferação linguística do português. Esta situação derivou em parte da resistência das comunidades angolanas

O mesmo estudo salienta que durante o Estado Novo os critérios de reconhecimento de um angolano como “*assimilado*” teriam como base o saber ler, escrever e falar o português fluentemente e para além disso deter características intrínsecas aos portugueses, tais como vestuário, padrão de vida, hábitos e costumes, religião, entre outros. Mas, por outro lado, o acesso à educação e formação foi vedado à globalidade do povo. Sendo assim, bastava como solução a realização de uma auto-aprendizagem por própria conta. Mas, apesar de reunidas as condições básicas para a difusão linguística, estas apenas estão acessíveis a determinada população.

Acosta e Leiria (1997) defendem que apesar de existirem variedades diatópicas e diafásicas, todas as variedades linguísticas apresentam certas semelhanças, tal como acontece com o Português do Brasil.

Em Luanda, o maior centro urbano de Angola, onde se cruzam as mais diversas faces da cultura nacional e global, o português é a língua predominante, pois os indivíduos estão menos arreigados às suas raízes culturais e mantêm, em muitos casos, pouca ou nenhuma ligação com os seus grupos étnicos. Por outro lado, nas regiões mais rurais, que se encontram mais isoladas, com menos contacto com o exterior mas também com um maior número de falantes que possui um nível de escolarização mais reduzido, têm maior predominância as línguas nacionais de África. Segundo estatísticas apresentadas num estudo de Liliana Inverno (2004), em 1975, 59% da população nas áreas rurais não tinha nenhum conhecimento de português e apenas 0,8% o utilizava com alguma frequência. De acordo com alguns dados estatísticos do mesmo estudo³, só 20% da população, concentrada na costa litoral, fala o português. Este rácio é constituído pela elite e a juventude dos centros urbanos do litoral, ao passo que, 80% residentes das áreas circunvizinhas do litoral e interior são monolíngues ou bilingues em diferentes línguas nacionais africanas faladas no país.

Assim, um novo espaço discursivo se impõe, afectando todos os planos da língua (fonético, morfológico, lexical, fonológico, semântico e pragmático), isto é, na cidade, podemos testemunhar traços de uma nova norma, mostrando um processo irregular de aquisição do português, irregular, a julgar pela instabilidade gramatical de muitos locutores. Impõe-se portanto uma classificação algo aprofundada dos traços linguísticos, em todos os planos acima referidos, do Português Vernacular de Angola (PVA), bem como uma posterior análise dos traços desviantes ao Português Europeu (PE) e dos traços que o aproximam das línguas nacionais do grupo bantu.

³ Idem, pp. 1.

3. Estatuto da Língua Portuguesa em Angola e África

Na época em que vigorou a colonização, a proximidade entre colonizadores e nativos era quase inexistente, porque os poucos contactos estabelecidos eram efectuados por motivos estritamente necessários, leia-se económicos. Este aspecto, de certo modo, não contribuiu para a transferência linguística e aperfeiçoamento através de um processo contínuo de aprendizagem.

Andrade (1981) refere que, num primeiro estágio do processo colonial, a utilização da Língua Portuguesa para a maioria dos nativos angolanos resumia-se a palavras utilitárias e essenciais, resultantes das relações de serventia destes para com os colonos.

Só mais tarde, quando as necessidades de desenvolvimento económico das potências coloniais passam a necessitar de uma maior aplicação prática de conhecimentos técnicos e culturais, por parte do caudal humano colonizado, o imperialismo decide modernizar as formas de exploração. É na fase neocolonial em que os interesses do imperialismo citam a necessidade de formar elites locais, servidores fiéis, com níveis de conhecimentos que permitam funções executivas e de relativa decisão, ou seja ... os instrumentos culturais postos em aplicação para a formação de algumas camadas dos povos coloniais servem efectivamente as antigas potências colonizadoras. (Andrade, Costa. 1981. pp. 101).

“In Angola the black population ranged from 99% to around 95% (at the end of colonial period) this imbalance is even greater when it is acknowledged in the past that nearly all whites lived in Luanda, with a handful in other cities (Benguela ,Moçamedes, etc..) and virtually none in rural regions. Some representative figures for Angola reveal only a tiny fragment of black population was ever in contact with residents” (Bender, 1978, 26).

Sendo assim, de acordo com os elementos apresentados anteriormente, visto que o contacto dos colonos portugueses com a população indígena não teve uma grande profundidade até ao fim do período colonial, também a língua não teve efeitos muito produtivos no seu seio devido à imensidão do território angolano. E não havendo domínio da língua, a expansão sócio-cultural ficou restringida a uma parte do território angolano, continuando a maior parte da população a utilizar a sua língua materna como forma de comunicação. Ainda assim, julga-se que Angola é a colónia em que a penetração linguística portuguesa teve resultados mais significativos, apesar de os portugueses não terem mostrado qualquer interesse na expansão massiva da educação nem na criação de escolas nas zonas rurais.

Com a independência proclamada a 11 de Novembro de 1975, determinou-se que a Língua Portuguesa (LP) seria a língua oficial de Angola. Esta começaria a ser vista como uma herança de utilidade social, política e diplomática, pelo estatuto que já alcançara historicamente. “Angola e Moçambique serão países lusófonos e bantúfonos, já que a maioria das línguas nacionais destes países são de origem banto” (Ançã, Maria Helena, 1999: 15). A Língua Portuguesa, em convivência com as outras línguas, vai gradualmente ganhando uma estrutura diferente com características próprias, reflexo da dinâmica social em que ela está inserida em cada momento histórico, diferente do padrão europeu.

Aliada a esses factores, está a falta de uso de estratégias adequadas para o ensino, para o processo de aquisição e consolidação de uma língua “segunda”, para auxiliar e aperfeiçoar o domínio da expressão linguística como meio de transmissão de ideias.

Por outro lado, advoga-se a ideia de que o fraco domínio das línguas bantu, línguas maternas de comunicação frequentes para a maioria da população, concorrem como potencial factor que estará na origem da falta de proficiência linguística em Português.

A obra de Ferreira Pinto, (1926:481-2) no início do século XX, defende que “a obra de educação e civilização dos nativos é velha em Angola, e por isso mesmo muito superior à realizada nos últimos anos às colónias vizinhas...a língua portuguesa está espalhada por toda a colónia e ultrapassa a fronteira por todos os lados...”. Esta afirmação não é partilhada por alguns estudiosos da história do português em Angola, como Bender (1978: pp.26), visto que os contactos entre os grupos português e nativo, como já foi referido, eram mínimos, justifica-se por isso o domínio da língua portuguesa pertencer a uma

pequena elite urbana. Nesta perspectiva, era inevitável que num período tão prolongado de ocupação portuguesa, quinhentos anos, as culturas do colonizador e do colonizado fossem mutuamente influenciadas, ainda que de forma involuntária. “A língua angolana é o produto da história comum de duas civilizações, que fizeram mais do que coexistir (...) é o produto de dois povos que viveram juntos, durante séculos” (Jorge, Manuel: 2006, pp.9).

Para além deste olhar sobre a incursão dos portugueses pelo território angolano, bem como o grau de influência que este percurso pode ter tido a nível da assimilação, em convivência com as línguas nativas, há actualmente um rico e contemporâneo corpus literário angolano, que reflecte o uso da realidade linguística de Luanda. Uhanhenga Xitu, Luandino Vieira e Pepetela, criaram nas suas narrativas uma relação próxima dos “modelos” linguísticos, característicos de Luanda e perímetros. Mas iremos aprofundar estas questões de cariz literário, nomeadamente o papel da literatura angolana na disseminação quer do português europeu, quer do português de Angola, em capítulo próprio.

No contexto africano, o português implantou-se mais fortemente em Angola e Moçambique como língua falada, embora, como referido anteriormente, subsista ao lado de numerosas línguas indígenas, para além de utilizar a língua portuguesa de um modo característico, muito próprio, geralmente com o arcaísmo ou dialectalismo lusitano semelhante ao que se encontra no Brasil. Esta coexistência de um conjunto de línguas locais origina um distanciamento entre o português regional de todos estes países “falantes” da língua portuguesa.

Para Hilário (2000), a língua é o meio através do qual o ser humano exprime a realidade, ou seja, procura através da língua uma aproximação à realidade. Neste sentido, a língua assume um papel forte e de extremo poder. Em Angola, a língua Portuguesa foi, numa primeira fase, utilizada como instrumento de repressão pelo poder exercido sobre os nativos africanos durante a época de colonização. Posteriormente, passou a símbolo de emancipação e de elite. Actualmente, é utilizada pelo governo como instrumento linguístico para coesão administrativa do país e surge como meio de comunicação nacional e internacional, adquirindo, segundo o autor, um *status institucionalizado* de um novo elitismo. O Português assume-se como uma vantagem clara, quer sob o ponto de vista de atitude quer linguístico, uma vez que adquiriu neutralidade face à linguagem nativa, aos dialectos e estilos, sendo assim de imediato associado à neutralidade. Para a autor, o

português fornece um código sem conotações ou desigualdades étnicas claramente evidentes no contexto angolano. Para além disso, como referimos anteriormente a língua assume-se como uma identidade que garante a sobrevivência de um estado.

As características de diferenciação étnica africanas levam à existência de rivalidades, distâncias, desentendimentos entre povos, prejudicando todo o desenvolvimento sustentável como uma comunidade una e forte.

Hilário (2000) refere que todo este processo de resistência à língua portuguesa deriva de todo o passado do país, desde o domínio da ocupação colonial e todas as diversas dinâmicas de ocultação que se processaram ao longo dos tempos. No entanto, subjacente à língua portuguesa existe uma enorme importância, como um meio veicular e elemento supra-étnico para toda África. Para além disso, o contexto actual angolano caracteriza-se por uma grande percentagem de analfabetismo em que supera o domínio da língua nativa mas, relativamente à língua oficial portuguesa, existe uma enorme dificuldade, quer na sua escrita quer na sua expressão falada. Este aspecto traduz-se negativamente no desenvolvimento económico-social do país, o que segundo o autor poderá ser solucionado, num primeiro passo, pela implementação de sistemas de escrita para as línguas nativas, o que permitiria a iniciação à aprendizagem da leitura e escrita. Uma vez que seria facilitada a compreensão da aprendizagem, visto que na globalidade a população revela dificuldades de compreensão da língua portuguesa, dificultaria todo o processo de aprendizagem e alfabetização. Posteriormente, passar-se-ia para a aprendizagem do português. Para o autor esta seria uma solução, apesar do português predominar em termos de relevância e importância. Este processo, denominado pelo autor de bilinguismo “português-língua nacional”, seria uma forma da resolução dos problemas actuais, por um lado a alfabetização e por outro a falta de identidade étnica e nacional. A solução da interligação linguística no país, entre a linguagem oral de carácter social e a língua oficialmente reconhecida, para além de ser uma solução para as necessidades de comunicação, é um espelho da realidade actual. E deste modo, sem que os indivíduos percam a identidade característica nas suas expressões, facilita o processo de aceitação e cria assim um *português angolano*, também reconhecido como *crioulo*.

Esta solução na prática tem tido algumas dificuldades de aplicação e, segundo Zau (2007) em Angola, estamos perante uma dicotomia, em que por um lado existe uma grande

diversidade cultural e por outro um sistema educativo simples e que ignora esta realidade. Ou seja, a solução de uma aprendizagem do ponto de vista pedagógico ao reger-se por uma unicidade não permitiu a resolução dos problemas inerentes ao país e foi incapaz de promover o crescimento e desenvolvimento económico fundamental para a qualidade de vida e bem-estar dos angolanos.

Sendo assim, segundo o mesmo autor, não existindo comunicação, não existe aprendizagem o que não permitirá a emergência das competências. Sem existir uma cooperação linguística e sem definir um estatuto das línguas africanas, para o autor concorre-se para a diglossia e para o papel glotofágico do português.

Neste sentido, a língua Portuguesa surge como um factor fundamental para a realização de um Estado da Nação, uno e indivisível.

4. Política linguística e o estatuto da Língua Portuguesa

4.1 Factores influenciadores de uma nova realidade linguística

São vários os factores já enumerados susceptíveis de criar instabilidade no processo de aquisição linguística. Em Angola, apesar do seu vasto património linguístico já referido, o português impõe-se como a única língua oficial e de escolarização, pelo facto de, desde a época colonial, por interesses políticos se sobrevalorizar o Português e se excluir as línguas locais, sancionando uma realidade de bilinguismo social e de diglossia.

Na verdade, após três décadas de independência, ainda não foi elaborada uma linha política clara para as línguas nacionais africanas (Reis, 2006). Pelo contrário, constata-se o facto de terem sido excluídas no seu uso como instrumentos de aquisição de conhecimentos, apesar de serem faladas por uma vasta população. A maioria dos falantes, proveniente dos meios rurais, de onde emigrou em grande parte para as cidades, pelos condicionalismos políticos do país, contribuiu para uma fraca evolução da Língua Portuguesa e daí a fraca proficiência da população nesta mesma língua. A aquisição de uma língua não é só influenciada por processos estratégicos dos indivíduos, mas também determinada pelo tipo de contexto em que a aprendizagem teve lugar (Hyltenstam e Stroud, 1997).

Até 1975, a maior parte dos falantes da Língua Portuguesa, em Angola, eram portugueses imigrantes residentes. No entanto, pela realidade social e política, cultural e económica de uma dada altura histórica de Portugal, ou seja com a independência das ex-colónias, incluindo Angola, regressaram maciçamente ao seu país de origem. Esta situação veio

debilitar um modelo normativo europeu, já que era principalmente nas zonas não urbanas que o número de não falantes do Português era elevado.

Um outro aspecto a salientar prende-se com as línguas bantu, que constituem o modelo linguístico, através do qual se faz a transferência daqueles aspectos que consideramos desviantes do padrão europeu e que mais tarde trataremos. **O léxico, considera-se assim, como empréstimo** – os vestígios das línguas de substrato nos lusofalantes L1 ou as interferências das línguas de adstrato nos lusofalantes de L2 representa um primeiro instrumento de construção de um novo espaço discursivo nos novos contextos.

5. O Português de Angola

A Língua Portuguesa assenta fundamentalmente nas suas raízes latinas. No contexto angolano, constatam-se mudanças fruto da troca cultural que ocorreu durante o período colonial, permitindo a alteração significativa da língua falada neste território. Ao assumirmos a língua como entidade dinâmica que é, as evoluções e novas formas de representação linguística da realidade que a modernidade comporta são características dessa mesma dinâmica. Neste sentido, é fundamental que o processo de percepção da realidade angolana passe por um reconhecimento do contributo dos vários grupos étnicos na construção de formas distintas de expressar essa mesma língua⁴. O processo de formação do Português falado em Angola, de acordo com Inverno (2004), teve como forma a convergência de um empréstimo massivo para as línguas de substrato e uma posterior mudança para o Português, como uma das primeiras línguas dos falantes em Angola, particularmente nas áreas urbanas costeiras, como é o caso de Luanda, onde se concentra grande parte da população angolana.

⁴ Mingas, Amélia. (2004). *Multiplidade linguística: A Língua Portuguesa em Angola*, XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, pp. 75.

5.1 Descrição dos traços linguísticos do Português de Luanda

Uma vez que o português de Angola, concretamente no caso em estudo, de Luanda, é uma variante do português-padrão, a análise linguística deve ser feita em comparação com a língua de origem, de modo a traçar semelhanças e desvios da mesma.

5.1.1 Descrição dos traços linguísticos do Português de Luanda: recolha de dados primários

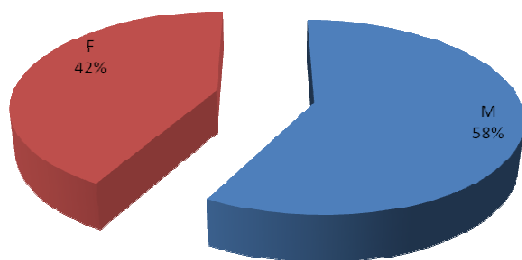
De modo a permitir a análise e descrição dos traços linguísticos do Português de Luanda começamos por recolher dados secundários que nos apoiaram na realização do estudo, no entanto, considerados insuficientes, optamos pela recolha de dados primários. Assim, recorremos à metodologia de recolha de dados por questionário. Assim, o objectivo primordial do questionário enquadra-se no tema do estudo “Contributo para uma caracterização linguística do Luandense” e seu problema enquadra-se na recolha e no estudo das expressões linguísticas. O questionário foi aplicado entre os dias 1 e 10 de Outubro de 2010 a uma amostra de 188 pessoas posteriormente a informatização dos dados foi trabalhada sobretudo em EXCEL, uma vez a análise é fundamentalmente qualitativa optamos por esta ferramenta de trabalho que permite uma análise dos dados simplificada e abrangente ao nível dos resultados pretendidos.

O questionário foi subdividido em duas partes, em que a primeira com o objectivo de obter dados pessoais e biográficos do entrevistado e uma segunda parte para analisar a concordância com expressões típicas do Português de Luanda. Nesta segunda parte foram colocadas trinta e sete frases chave que caracterizam a linguagem verbal com maior expressão e presença em Luanda. O grau de concordância a estas expressões foi avaliado a partir de uma escala de Likert (CT: Concordo Totalmente CP: Concordo Parcialmente D:

Discordo SO: Sem Opinião). De seguida passaremos a descrever os resultados do tratamento de dados resultantes da aplicação dos questionários.

Descrição da amostra

A amostra é constituída por 109 homens (58%) e 79 Mulheres (42%) residentes em Luanda, com idades compreendidas entre os 18 e os 52 anos. As mulheres têm um mínimo de 18 e 50 anos e em média 25,3 anos de idade. Os homens apresentam idades entre os 18 e 52 anos, com uma média de 25 anos de idade.



Quadro 4 – Descrição da amostra

| Amostra | N | Idade Média |
|--------------|------------|----------------|
| M | 109 | 25 anos |
| F | 79 | 25,3 anos |
| Total | 188 | 25 anos |

Os inquiridos são maioritariamente solteiros com uma representatividade de 93,6% (176 inquiridos) e a sua formação académica enquadra-se no ensino secundário (55 inquiridos), frequência no ensino superior (86 inquiridos) e ciclo de ensino superior terminado (2 inquiridos) e residem em Luanda.

Na análise da segunda parte do questionário, como referimos anteriormente procuramos avaliar o grau de concordância dos inquiridos relativamente a trinta e sete expressões usuais da linguagem verbal do dia-a-dia dos Angolanos. Estas expressões verbais foram recolhidas através de um conjunto de fontes de pesquisa primária e secundária: Concretamente a partir de alguns registos oficiais e não oficiais angolanos, das vivências e experiência da autora deste estudo como cidadã angolana, através de contacto dos vários meios de comunicação locais, como televisão angolana, transmissões verbais do dia-a-dia; das rádios angolanas, jornais, entre outros.

O quadro seguinte apresenta resumidamente as respostas dos inquiridos em que optaram pelas opções de concordância relativamente às expressões previamente recolhidas (CT: Concordo Totalmente CP: Concordo Parcialmente D: Discordo SO: Sem Opinião). Podemos concluir que obtivemos um consenso maioritário nas respostas de cerca de 60% das questões, ou seja, em 22 das expressões mais de 50% dos inquiridos responderam a mesma opção de concordância, das quais 20 dos inquiridos discordaram. Algumas das expressões, enunciadas como 2, 7, 8, 12, 25 e 32 não revelam opiniões similares entre os inquiridos, o que nos leva a concluir que alguma parte dos inquiridos utiliza as mesmas na sua linguagem verbal habitual e as identifica como expressões angolanas.

Dadas as características da amostra ao nível de habilitações académicas, verificamos que a mesma apresenta níveis de instrução médios, o que poderá contribuir para a discordância em 26 das expressões, embora em algumas delas a proporção de inquiridos a escolher esta opção é relativamente reduzida e inferior a 50% da amostra. Algumas das expressões não obtiveram resposta o que poderá indicar hesitação e dúvida por parte do inquirido. Neste sentido podemos concluir que estas expressões, apesar de terem sido identificadas como usuais em Angola, tendem a desaparecer em algumas classes sociais com níveis de educação mais elevados, uma vez que a amostra é maioritariamente constituída por pessoas que frequentam o ensino superior.

Quadro 5 – Grau de concordância com expressões linguísticas

| Expressões Luanda | | Grau de Concordância | | | | Outras respostas | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---|----------------------|--------|---------------|-------|------------------|---------|-------------------------|-------|
| | | CT | CP | D | SO | NR | Anulado | Total respostas Válidas | Total |
| 1) Fui na tua casa te encontrei não estavas. | N | 1 | 3 | 175 | 3 | 3 | 3 | 182 | 188 |
| | % | 0,55% | 1,65% | 96,15% | 1,65% | | | 100% | |
| 2) Consegui chegar em casa antes do telejornal da noite começar. | N | 58 | 52 | 58 | 7 | 13 | 0 | 175 | 188 |
| | % | 33,14% | 29,71% | 33,14% | 4,00% | | | 100% | |
| 3) Vou na praça fazer as compras para o jantar | N | 17 | 41 | 119 | 0 | 8 | 3 | 177 | 188 |
| | % | 9,60% | 23,16% | 67,23% | 0,00% | | | 100% | |
| 4) Você já me esqueceste? | N | 21 | 27 | 124 | 6 | 7 | 3 | 178 | 188 |
| | % | 11,80% | 15,17% | 69,66% | 3,37% | | | 100% | |
| 5) Já se lavei quando acordei. | N | 4 | 13 | 162 | 3 | 2 | 4 | 182 | 188 |
| | % | 2,20% | 7,14% | 89,01% | 1,65% | | | 100% | |
| 6) O meu marido não quero me dar dinheiro para mim ir comprar comida. | N | 7 | 16 | 148 | 6 | 5 | 6 | 177 | 188 |
| | % | 3,95% | 9,04% | 83,62% | 3,39% | | | 100% | |

| Expressões Luanda | | Grau de Concordância | | | | Outras respostas | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---|----------------------|---------------|---------------|--------|------------------|---------|-------------------------|-------|
| | | CT | CP | D | SO | NR | Anulado | Total respostas Válidas | Total |
| 7) Eu vi ela no Alvalade | N | 67 | 52 | 56 | 6 | 4 | 3 | 181 | 188 |
| | % | 37,02% | 28,73% | 30,94% | 3,31% | | | 100% | |
| 8) Eu acho ele uma pessoa eloquente | N | 52 | 63 | 27 | 31 | 12 | 3 | 173 | 188 |
| | % | 30,06% | 36,42% | 15,61% | 17,92% | | | 100% | |
| 9) O marido deu ela uma prenda | N | 7 | 16 | 159 | 2 | 2 | 2 | 184 | 188 |
| | % | 3,80% | 8,70% | 86,41% | 1,09% | | | 100% | |
| 10) Eu dei ela pessoalmente o dinheiro para depositar. | N | 18 | 20 | 141 | 2 | 4 | 3 | 181 | 188 |
| | % | 9,94% | 11,05% | 77,90% | 1,10% | | | 100% | |
| 11) Hoje ainda não le vi . | N | 7 | 16 | 151 | 5 | 4 | 5 | 179 | 188 |
| | % | 3,91% | 8,94% | 84,36% | 2,79% | | | 100% | |
| 12) Quando o João apareceu de repente eu assustei | N | 56 | 53 | 58 | 8 | 11 | 2 | 175 | 188 |
| | % | 32,00% | 30,29% | 33,14% | 4,57% | | | 100% | |
| 13) É tarde, vou despedir de toda gente | N | 21 | 52 | 96 | 12 | 5 | 2 | 181 | 188 |
| | % | 11,60% | 28,73% | 53,04% | 6,63% | | | 100% | |
| 14) A minha mulher engravidou-se | N | 27 | 18 | 126 | 7 | 7 | 3 | 178 | 188 |
| | % | 15,17% | 10,11% | 70,79% | 3,93% | | | 100% | |
| 15) Fui a busca da minha namorada na escola... | N | 74 | 59 | 34 | 12 | 6 | 3 | 179 | 188 |
| | % | 41,34% | 32,96% | 18,99% | 6,70% | | | 100% | |
| 16) Fui a tua busca no lugar combinado e não te encontrei /amanhã vou a tua busca . | N | 36 | 39 | 75 | 27 | 9 | 2 | 177 | 188 |
| | % | 20,34% | 22,03% | 42,37% | 15,25% | | | 100% | |
| 17) A minha casa caiu através da chuva . | N | 43 | 42 | 86 | 10 | 5 | 2 | 181 | 188 |
| | % | 23,76% | 23,20% | 47,51% | 5,52% | | | 100% | |
| 18) A minha mãe morreu através da doença prolongada. | N | 22 | 31 | 114 | 14 | 5 | 2 | 181 | 188 |
| | % | 12,15% | 17,13% | 62,98% | 7,73% | | | 100% | |
| 19) O vestido tinha trago um pouco mais de tecido | N | 34 | 30 | 90 | 21 | 11 | 2 | 175 | 188 |
| | % | 19,43% | 17,14% | 51,43% | 12,00% | | | 100% | |
| 20) Todos os dias fizemos bolo na nossa casa. | N | 38 | 41 | 94 | 8 | 5 | 2 | 181 | 188 |
| | % | 20,99% | 22,65% | 51,93% | 4,42% | | | 100% | |
| 21) Eu já tivera falado com o reitor sobre a minha situação. | N | 119 | 21 | 36 | 5 | 5 | 2 | 181 | 188 |
| | % | 65,75% | 11,60% | 19,89% | 2,76% | | | 100% | |
| 22) Antes disso, já tivera me encontrado com ele. | N | 95 | 30 | 40 | 11 | 9 | 3 | 176 | 188 |
| | % | 53,98% | 17,05% | 22,73% | 6,25% | | | 100% | |
| 23) Este curso conscide com o meu /há conscidência de pontos de vista. | N | 63 | 41 | 41 | 28 | 12 | 3 | 173 | 188 |
| | % | 36,42% | 23,70% | 23,70% | 16,18% | | | 100% | |
| 24) A cobertura dos mídia sobre da visita do Papa a Angola foi um êxito. | N | 33 | 22 | 101 | 23 | 7 | 2 | 179 | 188 |
| | % | 18,44% | 12,29% | 56,42% | 12,85% | | | 100% | |
| 25) Pedimos-te que nos deias uma ajuda. | N | 69 | 32 | 70 | 5 | 9 | 3 | 176 | 188 |
| | % | | | | | | | | |

| Expressões Luanda | Grau de Concordância | | | | Outras respostas | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------|--------|---------------|------------------|----|---------|-------------------------|-------|
| | | CT | CP | D | SO | NR | Anulado | Total respostas Válidas | Total |
| | % | | | | | | | | |
| 26) Minhas senhoras deiam a vossa contribuição para o êxito da realização deste evento partidário | N | 80 | 44 | 47 | 9 | 6 | 2 | 180 | 188 |
| | % | 39,20% | 18,18% | 39,77% | 2,84% | | | 100% | |
| 27) Vou banhar (para higiene pessoal) | N | 55 | 31 | 74 | 15 | 8 | 5 | 175 | 188 |
| | % | 31,43% | 17,71% | 42,29% | 8,57% | | | 100% | |
| 28) Já bebi o medicamento | N | 16 | 29 | 124 | 6 | 10 | 3 | 175 | 188 |
| | % | 9,14% | 16,57% | 70,86% | 3,43% | | | 100% | |
| 29) Nunca comi do dinheiro dele. | N | 32 | 33 | 98 | 17 | 6 | 2 | 180 | 188 |
| | % | 17,78% | 18,33% | 54,44% | 9,44% | | | 100% | |
| 30) Bati no velho, que é primo do meu pai, porque ele comeu o meu filho. | N | 19 | 21 | 104 | 33 | 9 | 2 | 177 | 188 |
| | % | 10,73% | 11,86% | 58,76% | 18,64% | | | 100% | |
| 31) Este é o livro que deste-me no meu aniversário, lembraste? | N | 84 | 46 | 43 | 5 | 8 | 2 | 178 | 188 |
| | % | 47,19% | 25,84% | 24,16% | 2,81% | | | 100% | |
| 32) A acção de protesto não tornou-se... | N | 49 | 32 | 40 | 60 | 5 | 2 | 181 | 188 |
| | % | 27,07% | 17,68% | 22,10% | 33,15% | | | 100% | |
| 33) O João, se encontrámos ontem, na casa da irmã dele | N | 7 | 22 | 151 | 3 | 3 | 2 | 183 | 188 |
| | % | 3,83% | 12,02% | 82,51% | 1,64% | | | 100% | |
| 34) Esses sapatos são mais melhores do que os outros. | N | 17 | 15 | 145 | 3 | 5 | 3 | 180 | 188 |
| | % | 9,44% | 8,33% | 80,56% | 1,67% | | | 100% | |
| 35) Estou a ouvir o cheiro | N | 1 | 3 | 175 | 5 | 1 | 3 | 184 | 188 |
| | % | 0,54% | 1,63% | 95,11% | 2,72% | | | 100% | |
| 36) A Maria nasceu uma menina. | N | 26 | 26 | 124 | 8 | 2 | 2 | 184 | 188 |
| | % | 14,13% | 14,13% | 67,39% | 4,35% | | | 100% | |
| 37) Eu parabenizo | N | 74 | 39 | 42 | 21 | 10 | 2 | 176 | 188 |
| | % | 42,05% | 22,16% | 23,86% | 11,93% | | | 100% | |

As frases de exemplos a que se faz referência neste inquérito, resultam de um processo de recolha que teve por base a experiência da autora enquanto cidadã angolana, que possuindo formação na área de Línguas, lhe permite um olhar atento e consciente a este fenómeno de complexidade linguística. Foi reunido um conjunto de exemplos extraídos de diversos meios de grande capacidade de difusão de informação em Angola, especificamente em Luanda, como sendo: jornais, programas de televisão, rádio. Para o efeito, serviram ainda de fonte de inspiração, conversas ocasionais e diárias em que de forma espontânea, se faz uso de expressões como as que fazemos menção no inquérito acima apresentado.

5.1.2 *Descrição dos traços linguísticos do Português de Luanda*

Após esta análise dos dados primários, passaremos a descrever esses mesmos traços linguísticos da variante linguística falada em Luanda e, posteriormente comparar estes traços distintivos com o *português-padrão* e, de por fim será realizada a análise das semelhanças entre o luandense e as línguas nativas com maior expressão e presença em Luanda.

Traços fonéticos

São em número reduzido os luandenses que têm o português como língua materna e que falam com pronúncia semelhante à portuguesa. Já os que o têm como segunda língua (L2), apresentam uma pronúncia marcadamente diferente. É nestes dois grupos de falantes, cujo idioma possui traços fonéticos desviantes da norma, que nos iremos concentrar:

- i.* Abertura vocálica: abertura das vogais (por exemplo: festa /a/)
- ii.* Nasalização consonântica: tendência para a nasalização das consoantes.

Algumas das curiosidades dos ***traços fonéticos*** são os seguintes:

- i.* Eliminação dos ditongos: “Janero” (Janeiro), “pedrero” (pedreiro)
- ii.* Eliminação da silábica (apócope): “dexá” (deixar), “odô” (odor), “falá” (falar), (no jogo de ontem ... (ontem), “O ano 09 foi para mi (mim)...)”))
- iii.* Síncope: “comérço” (comércio), “mia” (minha) ⁵

⁵ Exemplos retirados de Cunha, Ana Stela, *Olhar para a África para compreender o Brasil: a situação linguística de Angola e o português falado nos quilombos do Maranhão*, pp. 4.

Como uma curiosidade dos *traços morfossintáticos do português em Angola* podemos realçar como o morfema de plural junto do nome, mas em posição pré-nominal, ou seja, surge apenas no determinante “os pé”. Outros exemplos serão os pronomes dativo e acusativo com a mesma forma “Você pensa que não lhe conheço”.

Expressões da realidade linguística Luandense

Como referido anteriormente foram recolhidas algumas frases características, através de um conjunto de fontes de pesquisa primária e secundária, nomeadamente a partir da intervenção directa da autora do estudo, as quais retratam a realidade linguística Luandense de modo a permitir uma visão actual das expressões linguísticas do dia-a-dia deste povo, as quais passaremos a referenciar, subdividindo em quatro grupos: inicialmente a análise da morfossintaxe, seguida da fonética, da semântica e finalmente do léxico.

1. Morfossintaxe

1.1. Verbos

1.1.1. Conjugação pronominal

- 1) Quando o João apareceu de repente eu **assustei**
- 2) É tarde, vou **despedir de** toda gente
- 3) A minha mulher **engravidou-se**

No presente grupo de exemplos, o problema dá-se a nível de construção verbal. Em 1) e 2), os verbos em causa são reflexivos, tendo um sentido diferente quando não acompanhados por pronome clítico. Neste caso, as formas esperadas seriam “Quando o João apareceu de repente eu assustei-**me**” e “É tarde, vou despedir-**me** de toda a gente”.

Em 3), por oposição aos exemplos anteriores, o falante produz uma forma apassivante, o que resulta num enunciado não aceite pela norma europeia e sem representação do real,

visto que o sentido que acaba por ter não é possível na realidade. Neste caso bastaria “A minha mulher **engravidou/ ficou grávida**”.

1.1.2. Tempos e modos

- 4) O vestido **tinha trago** um pouco mais de tecido
- 5) Todos os dias **fizemos** bolo na nossa casa.
- 6) Eu já **tivera falado** com o reitor sobre a minha situação.
- 7) Antes disso, já **tivera me encontrado** com ele.

Os exemplos acima citados revelam erros a nível dos tempos verbais.

No exemplo 4), o falante produz uma forma verbal, considerando o segundo elemento do núcleo verbal um caso de particípio passado irregular e, dessa forma, produz o erro, uma vez que o pretendido seria “O vestido tinha trazido um pouco mais de tecido”.

Em 5), há uma confusão entre o tempo verbal do pretérito perfeito e o presente do indicativo, pois a intenção do falante era produzir “Na nossa casa todos os dias fazemos um bolo”, o que indica que não existe uma fronteira clara entre os dois tempos verbais para este falante.

Nos exemplos 6) e 7), o tempo verbal composto escolhido o pretérito mais que perfeito, em detrimento do pretérito imperfeito usado pelos falantes da norma europeia: “Eu já tinha falado com o reitor sobre a minha situação” e “Antes disso, já me tinha encontrado com ele”.

1.1.3. Flexão verbal

- 8) Pedimos-te que nos **deias** uma ajuda.
- 9) Minhas senhoras **deiam** a vossa contribuição para o êxito da realização deste evento partidário = Minhas senhoras esperamos que **deiam** o vosso máximo no recrutamento de novos candidatos para o partido.

Os exemplos apresentam desvios a nível da conjugação verbal e revelam uma analogia com outros verbos da mesma terminação, como “ler”, em que a conjugação da segunda

pessoa do singular e plural do modo conjuntivo se faz em “leias” e “leiam”. Neste caso, tratando-se de uma conjugação não regular, e para estar de acordo com a norma europeia, as produções teriam de ser “Pedimos-te que nos dê uma ajuda” e “Minhas senhoras dêem a vossa contribuição (...)”.

Acresce ainda referir que este é um erro que se encontra com bastante frequência em algumas zonas de Portugal, como é o caso da zona do Grande Porto.

1.2. Adjectivos

1.2.1. Grau dos adjectivos

10) Esses sapatos **são mais melhores** do que os outros.

O erro apresentado revela problemas a nível da aquisição do superlativo, uma vez que a norma contempla “melhores” como o comparativo de superioridade do adjectivo “bom” e, assim sendo, é redundante a utilização de “mais” neste contexto.

1.3. Pronomes

1.3.1. Forma

- 11) Eu **vi ela** no Alvalade
- 12) Eu **acho ele** uma pessoa eloquente
- 13) O marido **deu ela** uma prenda
- 14) **Eu dei ela** pessoalmente o dinheiro para depositar.
- 15) Hoje ainda **não le vi**.

No grupo de exemplos acima citados, existe ausência da forma clítica, optando-se pela utilização da forma directa do pronome pessoal, a qual, ao contrário do que acontece na variedade brasileira, não é aceite pela norma europeia nestes contextos sintácticos.

Assim sendo, nos exemplos 11) e 12), falha a utilização do pronome clítico acusativo, de forma a gerar um enunciado correcto do ponto de vista da norma europeia (“Eu vi-**a** no Alvalade” e “Eu acho-**o** uma pessoa eloquente”). Nos exemplos 13) e 14), está-se perante a

mesma situação, mas em falta encontra-se o pronome clítico dativo: “O marido deu-**lhe** uma prenda” e “Eu dei-**lhe** pessoalmente o dinheiro para depositar”. Finalmente, em 15) existe uma variação diferente, assemelhando-se a uma tentativa de utilização do pronome clítico (“Ainda não **o** vi”)⁶.

1.3.2. Concordância

16) **Você** já me **esqueceste**?

17) Já **se lavei** quando acordei.

18) O meu marido não **quero** me dar dinheiro para **mim** ir comprar comida.

Neste grupo de exemplos, a concordância entre sujeito e verbo não se dá segundo o esperado na norma europeia. Em 16), “você” tem valor de terceira pessoa do singular relativamente à conjugação verbal e concordância pronominal, ou seja o pronome “você” não só pede o verbo, de que é sujeito, na 3.^a pessoa, mas pede todos os pronomes oblíquos também na 3.^a pessoa. Na norma PE é falta de concordância dizer “Ontem encontrei você e o teu cão”. No entanto, em Luanda, o pronome pessoal “você” surge como equivalente ao pronome pessoal “tu”, daí a combinação destes dois elementos gerar uma forma considerada como erro na norma padrão, que requer a produção “Você já se esqueceu”.

O mesmo acontece em 17), em que sendo a primeira pessoa do singular o sujeito do enunciado, não faz a concordância com o pronome reflexivo “se”, uma vez que este é referente à terceira pessoa do singular. No entanto, ao partir-se do princípio de que se trata do verbo “lavar-se”, este erro pode ter características que indiquem que não houve uma conjugação do pronome clítico, mantendo-se, assim, na forma não marcada quanto à pessoa (ou seja, serve para todas as pessoas, como se fosse uma palavra invariável em pessoa), quando o esperado na norma europeia seria “**Já me** lavei quando acordei”.

Por fim, no exemplo 18) além de se estar perante um caso de ênclise numa situação de negação, em que o operador “não” funciona como atrator de clítico, o verbo não está em

⁶ A confusão talvez surja porque na norma europeia, existem as formas pronominais “lo, la, los, las”, que são utilizadas em situações particulares muito específicas: “Se a a forma verbal termina em -r, -s ou -z, suprimem-se estas consoantes, e o pronome assume as formas *lo, la, los, las*, como nos exemplos que se

concordância com o sujeito. A forma aceite pela norma seria “O meu marido não me quer dar dinheiro para ir comprar comida”.

1.3.3. Posição

19) Este é o livro **que deste-me** no meu aniversário, lembraste?

20) A acção de protesto não **tornou-se...**

21) O João, **se encontrámos** ontem, na casa da irmã dele

Estes exemplos encontram-se agrupados, pois os desvios contidos nas expressões prendem-se com a posição dos clíticos. Na norma europeia é frequente a realização dos clíticos em ênclise; no entanto, algumas expressões exigem a posição do clítico em próclise, que é o que acontece nos exemplos 19) e 20), sendo esta respectivamente exigida pela presença do pronome relativo e do advérbio de negação (Eliseu, 2008, p. 129). Em 21) passa-se precisamente o contrário, a topicalização do sujeito leva à necessidade de o clítico ocorrer em ênclise: “O João, encontrámo-nos ontem”.

1.4. Preposições

1.4.1. Regência

22) Fui **na tua casa te encontrei não estavas**.

23) Consegui chegar **em casa** antes do telejornal da noite começar.

24) Vou **na praça** fazer as compras para o jantar.

Nos exemplos 22), 23) e 24) estamos perante desvios linguísticos a nível morfossintáctico, mais especificamente, no que respeita às propriedades de selecção dos verbos. No exemplo 22), é de referir também o núcleo verbal da segunda oração em concordância com o tempo verbal da primeira oração.

Na norma do PE, os verbos “ir” e “chegar” pedem a preposição “a”. Por esse motivo, as produções apresentadas são consideradas desviantes, pois a sua realização seria: 22) Fui **à**

seguem: Vê-lo para mim é um suplício. Encontramo-la em casa. João ainda não fez anos; fá-los-á, amanhã. Não quero vendê-las.” (Cunha e Cintra, 1986, p. 280).

(a + a) tua casa e não estavas; 23) Consegui chegar **a** casa antes do telejornal da noite começar; e, finalmente, 24) Vou **à** (a + a) praça fazer as compras para o jantar.

1.5. Construção frásica

25) Fui **a busca** da minha namorada na escola...

26) Fui **a tua busca** no lugar combinado e não te encontrei /amanhã vou **a tua busca**.

27) A minha casa caiu **através da chuva**.

28) A minha mãe morreu **através da doença** prolongada.

No conjunto de exemplos apresentado, há uma diferença na utilização de certas construções que a norma do português europeu não integra.

Em 25) e 26), a expressão “ir a tua busca” não possui pleno significado para um falante de português europeu, dado que a produção mais provável seria “Fui buscar a minha namorada à escola” e “Fui buscar-te ao lugar combinado e não te encontrei/ amanhã vou buscar-te”, respectivamente.

Em 27) e 28), a opção pela utilização correcta seria mencionar a locução prepositiva “através de”, ou seja, a locução prepositiva formada pelo advérbio *através* e pela preposição *de*, que forma um conjunto das duas palavras que tem valor prepositivo, formando uma locução.

No entanto, o mais frequente em português europeu é “A minha casa caiu devido à chuva” e “A minha mãe morreu de doença prolongada.

2. Fonética /ortografia

29) Este curso **conscide** com o meu /há **conscidência** de pontos de vista.

30) A cobertura dos **mídia** sobre da visita do Papa a Angola foi um êxito.

Neste par de exemplos, é visível uma divergência a nível fonológico. Enquanto no primeiro exemplo há erro por assimilação de sons em [s], no segundo, o falante produziu a

palavra “média” com pronúncia inglesa, fenómeno frequente em português brasileiro e que se tem generalizado também no português europeu e africano.

Foneticamente, o que se passa, no segundo caso, é uma epêntese do som [j]. O som [s] corresponde ao grafema c. Para além disso, há a elisão da vogal i nasal. No caso do substantivo, talvez este erro se explique pela paronímia estabelecida com a palavra *consciência*.

3. Semântica

3.1. Restrições seleccionais

31) Vou **banhar** (para higiene pessoal)

32) Já **bebi** o medicamento

33) Estou **a ouvir o** cheiro

34) A Maria **nasceu** uma menina

O que parece suceder neste grupo de exemplos é a utilização de outras expressões para representar uma ideia que na norma europeia seria representada por outras palavras.

Nos exemplos 31) e 32) não existe nenhuma barreira à compreensão, no entanto em português europeu as produções seriam “Vou tomar banho” e “Já tomei o medicamento”.

Neste par de exemplos (33 e 34) parece haver utilização indevida dos termos por associação ou aproximação com os que realmente deveriam ser utilizados: “Estou a sentir o cheiro” e “A Maria deu à luz uma menina”.

3.2. Polissemia

35) Nunca **comi** do dinheiro dele.

36) Bati no velho, que é primo do meu pai, **porque ele comeu o meu** filho.

As expressões em 35) e 36) revelam uma linguagem mais popular, possível de encontrar em português europeu, mas fora da norma. A sua compreensão pode não ser imediata pois na norma europeia a sua realização seria “Nunca usufruí do seu dinheiro” e “Bati no velho, que é primo do meu pai, por ele ter morto (enfeitado) o meu filho”. Este último caso surge como uma extensão da polissemia do verbo “comer”, numa acepção que não há registo da sua existência em PE.

4. Léxico

37) Eu **parabenizo**

O exemplo 37) não é um desvio da norma europeia, pois esta é uma expressão que faz parte do inventário da norma, apenas não é tão usual, embora seja muito comum no Brasil, sendo a expressão equivalente a “Eu dou os parabéns”. Note-se que o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa, regista este verbo como sendo um brasileirismo. (Malaca Casteleiro, 2001).

Estes foram alguns exemplos ilustrativos que melhor salientam as diferenças das expressões linguísticas de Luanda. No ponto seguinte do estudo procuramos analisar em maior detalhe alguns traços que as permitem diferenciar do Português Europeu, não só em termos de expressões típicas, mas dos tempos verbais e na construção do sintagma nominal.

5.2 Traços distintivos entre o Luandense e o PE (Português Europeu)

Nesta secção irei analisar alguns dos traços linguísticos que demarcam o português de Luanda (PL) do Português europeu (PE), nomeadamente no processo de percepção dos tempos verbais, na construção do sintagma nominal (SN) ao nível da marcação de número, marcação de género, marcação de posse e pronomes pessoais, e na diferente utilização que é feita dos pronomes nulos. Também ao nível lexical, algumas considerações serão feitas quanto à diferença semântica de determinadas palavras do léxico luandense em relação ao do PE.

Sintagma nominal⁷

No português europeu distingue-se entre dois valores de numerosidade, singular e o plural, ou seja, em relação à *marcação de número*, a distinção, em PE, de número é feita através da adição da marca de plural –s ao final da palavra que constitua a raiz do núcleo do sintagma. Os restantes constituintes do sintagma (artigos demonstrativos e possessivos, quantificadores indefinidos e numerais, adjectivos e sintagmas preposicionais e relativos) devem concordar em número com o núcleo.

Em Luanda, no português vernáculo, é muito pouco frequente a marca de número no núcleo do sintagma, apesar de se encontrar marca nos elementos mais à esquerda do núcleo. Alguns exemplos comuns:

PL: Ele marca muitos golo_.

PE: Ele marca muitos golos.

PL: Vigia as criança_

PE: Vigia as crianças

PL: É mãe de três filho_

PE: Sou mãe de três filhos

PL: guardas-chuva

PE: guarda-chuvas

PL: há coisas que eles próprio_ exigem

PE: há coisas que eles próprios exigem

Segundo Inverno (2008) este fenómeno deriva do facto de nas línguas bantu esta categoria ser fortemente marcada nos nomes através de prefixos e não de sufixos, **apontando** como exemplos ilustrativos:

Kikongo: singular-salu (trabalho)

plural-bisalu (trabalhos)

singular-mwana (criança)

plural-bana ou yana (crianças)

⁷ Análise feita com base no artigo de Inverno, Liliana, *A transição de Angola para o vernáculo: estudo*

Umbundu: singular-uti (árvore)
plural-oviti (árvores)
singular-utwe (cabeça)
plural-ovotwe (cabeças)
Kimbundu: singular-nguma (inimigo)
plural-jinguma (inimigos)
singular-muthu (pessoa)
plural-athu (pessoas).

De acordo com Inverno (2008) nos empréstimos terminados em consoante, cujo marcador de plural no PE apenas a vogal é mantida, provavelmente como forma de adaptar o empréstimo à estrutura fonológica das sílabas em banto. Ou seja, de acordo com a autora tipicamente abertas.

No caso do PE pode dizer-se que apresenta uma maior redundância, uma vez que a marca do plural é veiculada mais do que uma vez e, no fundo, a versão em PL (que também se verifica muito em certas variedades do português do Brasil) vai mais ao encontro do princípio da economia, da não redundância.

Marcação de género

A falta de estudos na matéria bem como o elevado número de casos em que surgem variações não permite afirmar com certeza quais as regras de marcação de género, sendo apenas possível salientar alguns casos comuns. Os falantes luandenses mais jovens e mais instruídos parecem seguir a norma-padrão, mas no caso dos falantes mais velhos e com menor instrução, é rara a correspondência entre o núcleo e os determinantes do sintagma, uma imposição do Português Europeu (PE).

PL: **esses** visitas

PE: **essas** visitas

Têm sido registadas, com alguma frequência, ocorrências deste tipo. No entanto, o registo de variações de outros tipos impede que se possa assumir a ausência de correspondência acima apontada, como um aspecto determinante e definitivo do PL. Outras ocorrências são tão diversificadas que, por vezes, a determinação do género (é masculino ou feminino) torna-se muito dificultada:

PL: _ primeira filho já tem trinta e oito anos.

PE: o/a primeiro/a filho/a já tem trinta e oito anos (são ambas possíveis).

Marcação de posse

Neste campo, o PL e o PE fazem a marcação de posse da mesma forma, pelo uso de um adjectivo possessivo. Mas se o objecto ou ente possuído se referir à 3ª pessoa, existe uma tendência para introduzir a preposição *de* juntamente com o pronome pessoal de 3ª pessoa ele/ela.

PL: Ele tinha filho **deles** pequeno.

Uma pessoa tinha o irmão **dele**.

Apesar de, em PE, num registo formal ser habitual usar seu/sua para expressar posse, é comum usar *de* com o pronome pessoal de 3ª pessoa para evitar a ambiguidade em relação ao possuidor.

Pronomes Pessoais

A ocorrência de pronomes clíticos como *o, a, os, as*, é muito rara no PL. Em vez disso, denota-se o uso de pronomes de sujeito do PE como *ele, ela, eles, elas* ou então o uso do clítico de objecto indirecto *lhe*.

PL: Deixa **ele** falar!

O lavador de carros desapareceu, **lhe** procuramos em todas as partes.

PE: Deixa-o falar!

O lavador de carros desapareceu, procurámo-lo por toda a parte.

Em português arcaico este tipo de construção era frequente, ainda que hoje já não esteja tão em uso. No entanto, é aceitável a substituição de um clítico por outro ou então por um pronome se for com função enfática.

Uma outra distinção entre as duas línguas é a posição que as formas pronominais clíticas ocupam na frase. Em PL surgem normalmente antes do verbo, ao contrário do que acontece em PE.

PL: ...minha mãe e o meu pai me deram...

Então, o alfaiate se pendurou ao tronco.

PE: ...a minha mãe e o meu pai deram-me...

Então, o alfaiate pendurou-se no tronco.

Mesóclise

A mesóclise surge quando o pronome oblíquo átono é colocado no meio do verbo. Utiliza-se quando o verbo está no futuro do presente ou no futuro do pretérito do indicativo e não há, antes do verbo, palavra que justifique o uso da próclise, como por exemplo “Tê-lo-ia perguntado a(o) meu pai, se o tivesse visto na ocasião”. Segundo as leituras efectuadas, a

construção da mesóclise tem como origem do futuro sintético formado por apenas uma palavra e, sendo o futuro analítico uma forma composta, era possível colocar o pronome entre os dois verbos. No entanto, com a evolução da língua portuguesa, o verbo auxiliar foi assimilado manteve-se a possibilidade de deixar o pronome em posição mesoclítica. Como por exemplo: Ter hei => terei; Ter hás => terás.

Neste sentido, a mesóclise surge da associação dum pronome átono, ou clítico, a um verbo no futuro simples ou no condicional, como por exemplo:

Ex:

fará — far-se-á

faria — far-se-ia

Por outro lado, a próclise acontece nas orações subordinadas e após alguns advérbios como “**não, também, ainda ...**” tais como:

Daqui vê-se a cidade.

Daqui não se vê a cidade.

Daqui também se vê a cidade.

Penso que daqui se vê a cidade.

A aplicação da mesóclise no português angolano surge de modo distinto.

PE: Aceitar-se-ia

Estudá-lo-íamos

Ajudar-te-ei

...

PL: ... lhe farão aceitar

... o assunto, estudaríamos depois!

... eu te ajudarei a fazer o teu trabalho na próxima semana

Estes são os principais aspectos do sintagma nominal do PL que divergem do PE. Mas este afastamento da língua-padrão deve ter sido causado pela aproximação a uma ou mais línguas, tal como as línguas nativas. Numa outra secção irei abordar a influência que as línguas de substrato, em muitos casos línguas maternas dos habitantes de Luanda, tiveram na formação do PL.

Constituição dos tempos verbais

- Queda da regência de muitos verbos que se tornam transitivos.

- Perda da reflexividade de alguns verbos: levantar, queixar, zangar, sentar, lavar (em vez de levantar-se, queixar-se, zangar-se, sentar-se, lavar-se).

- Fraca percepção de utilização entre o imperfeito (raramente utilizado) e o perfeito.

- Utilização frequente do pretérito-mais-que-perfeito no lugar do pretérito perfeito

PL: Eu já tivera falado com o professor sobre a matéria da prova de Português.

PE: Eu já falei com o professor sobre a matéria do teste de Português.

Ou ainda, noutros casos, o uso de verbos na segunda pessoa e formas de tratamento na terceira pessoa:

PL: Você me deste o livro no ano passado.

PE: Você deu-me o livro no ano passado.

Diferenças no léxico e no seu significado semântico

Os léxicos têm ambos a mesma origem comum mas devido a influências externas e diferenciadas, de um contexto para o outro, foram progressivamente adquirindo diferentes valores semânticos. Tomemos como exemplo a palavra “Muamba”: (do Kimbundu mu’hamba, ‘carga’) 1. Espécie de canastra para transporte. 2. Furto de mercadorias de navios ancorados e de armazéns de alfândega. 3. Contrabando (gíria). 4. Espécie de ensopado de carne de vaca, galinha ou peixe que leva azeite-de-dendê.”⁸ Ora apesar de, em PL todos estes significados serem válidos e de uso corrente, em Portugal apenas conhecemos o termo *muamba* com o valor lexical da 4ª acepção⁹. Ainda que seja um termo com origem numa língua nativa (kimbundu), fica por explicar porque é que, dentro do processo selectivo de troca de empréstimos, aqui do kimbundu para o português, apenas o significado gastronómico vingou na permanência da realidade cultural portuguesa.

Outra palavra cujo significado é distinto entre o PL e o PE é “Cínico”, a qual no PE apenas tem significado de antipático, sisudo, pessoa de poucas palavras, introvertido, e não com o sentido de hipócrita.

⁸ Definição retirada do *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro*.

⁹ Di Gregório, Anete Mariza Torres, *Particularidades Linguísticas no Português de Angola*, pp. 4.

5.3 Interferências das Línguas nativas no Português de Luanda

A influência das línguas locais maioritariamente da família bantu, no português falado em Luanda, assim como em grande parte do território angolano, ainda hoje persiste em todos os níveis linguísticos.

As línguas bantu, de facto, contribuíram em larga escala para a formação do novo idioma utilizado pelos falantes luandenses. Apesar das largas décadas de ocupação portuguesa neste solo africano, os seus habitantes apenas tardiamente tiveram um contacto mais próximo com a língua dos colonizadores. No momento posterior à descolonização, eram poucos os que dominavam realmente a língua que fora, na época, escolhida para ser a língua oficial e veicular do recente país.

Na sua maioria, os angolanos tinham como língua materna uma das várias línguas locais, como o kimbundu, o umbundu ou o kikongo¹⁰ e, como tal, ao entrarem em contacto forçado com o português, “contaminaram” de modo inconsciente algumas das características dessas mesmas línguas. Esta intromissão ressalta a diversos níveis: ao nível fonético, pela aproximação de sons; pela modificação da estrutura sintáctica do português, através da inclusão de regras estruturais pertencentes às línguas, para os angolanos inatas; no enriquecimento do léxico com palavras externas; entre outros aspectos que iremos aprofundar de seguida, com recurso a exemplos nessas línguas.

¹⁰ Aqui escrito nas suas formas originais, tal como nas línguas nativas.

Nível fonético

Acontece com alguma frequência que um indivíduo com uma língua nacional africana como língua materna, troque o som [Z] por [S], uma vez que o primeiro não se encontra na sua língua, e por o [S] ser o som mais próximo, é esse que o falante emprega.¹¹ Zau (2002) dá como exemplo ilustrativo desta situação a palavra mesa que surge com pronúncia /messa/=[s] em vez de /meza/=[z], porque em Umbundu não existe o som [z]. Para o autor estas dificuldades surgem pela interferência fonética da língua materna no sistema fonético da PE. Para além de que as línguas bantu são marcadas pela aspiração de vários sons.

Nível morfossintático

Nas línguas bantu, a marcação de número é feita através de prefixos, os substantivos transportam a marca de número através de uma desinência própria. O substantivo é formado por um radical invariável que pode ter, consoante é singular ou plural, um prefixo variável. Assim, tendo ainda em conta a obra citada na nota anterior Zau (2002), temos como exemplos:

Kikongo: Singular – salu (trabalho)

Plural – bisalu (trabalhos)

Singular – mwana (criança)

Plural – bana ou yana (crianças)

Umbundu: Singular – uti (árvore)

Plural – oviti (árvores)

¹¹ Zau, Filipe, Angola – Trilhos para o Desenvolvimento, pp. 40.

Singular – utwe (cabeça)

Plural – ovotwe (cabeças)

Kimbundu: Singular – nguma (inimigo)

Plural – jinguma (inimigos)

Singular – muthu (pessoa)

Plural – athu (pessoas)

Assim, quando um falante, que não domine bem o português, não faz a concordância de número (“os pai”), esse “erro” pode ser explicado por este aspecto da estrutura das línguas nativas. Pela lógica da sua língua materna, o artigo português pode ser confundido com o prefixo, cuja função é marcar o número e, por isso o falante não vê necessidade em empregar o artigo em concordância¹², pois está culturalmente enraizado, e fá-lo naturalmente. Uma explicação semelhante, para a utilização de marca de plural em apenas alguns dos constituintes do sintagma nominal, é a avançada por Liliana Inverno:

..a explicação para a marcação de número nos elementos não nucleares do SN mas não no seu núcleo em PVA parece estar relacionada com o número de elementos no SN. Esta hipótese parece reforçada pelo facto de o – s desaparecer em núcleos nos quais não desempenha a função de marcador de plural. (...) Efectivamente, os elementos mais à esquerda no SN tendem a atrair a marcação de número, independentemente de se tratar do primeiro elemento num nome composto [guardas-chuva_] ou o núcleo do SN [há coisas que eles próprio_ exigem]”¹³

Do mesmo modo, segundo Zau (2002) os pronomes possessivos também não têm flexão de género, logo o nome não carrega o valor de género:

¹² Zau, Filipe, *Angola – Trilhos para o Desenvolvimento*, pp. 41.

¹³ Inverno, Liliana, *A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintáctico do sintagma nominal*, pp. 5 – 6.

Kikongo: same (o meu pai)

ngwame (a minha mãe)

Umbundu: papa yange (o meu pai)

mama yange (a minha mãe)

Kimbundu: tata yami (o meu pai)

mama yami (a minha mãe)

É portanto compreensível a origem de erros como “minha pai” ou “meu mãe”, já que, nas nossas línguas nativas, não há forma física de distinção de género.¹⁴

Também ao nível da marcação de posse, o PL (português de Luanda) assimilou características das línguas mais próximas dos seus falantes. Em PL a marca de posse junta a preposição *de* com a 3ª pessoa do pronome pessoal, ele/ela. Em cokwe, uma outra língua nativa, a forma mais frequente de indicar posse é a adição de um marcador que corresponde à preposição *de*¹⁵:

Cokwe: Kasumbi **ka** tata

PE: A galinha do meu pai.

A falta de concordância em termos de flexão verbal, em falantes que não têm o português como língua materna, pode também ter a sua origem nas línguas bantu, onde se regista a ausência de flexão verbal.

¹⁴ Zau, Filipe, *Angola – Trilhos para o Desenvolvimento*, pp. 41.

¹⁵ Inverno, Liliana, *A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal*, pp. 8.

Kikongo: mono ngyele (eu vou)

ngeyewele (tu vais)

yandi wele (ele vai)

Umbundu: ame ndipopya (eu falo)

ove opopya (tu falas)

eye opopya (ele fala)

Kimbundu: eme ngizwela (eu falo)

eye uzwela (tu falas)

mwene uzwela (ele fala)

Aqui, são os pronomes pessoais, em forma de prefixo, que estabelecem o sujeito e se juntam ao verbo. Assim, os falantes que têm uma maior proximidade com estas línguas irão transportar estas ausências para o português, sendo mais difícil fazer concordar o verbo com o pronome sujeito. É deste modo que ocorrem situações como “eu brincar na rua” ou “eles come banana”.¹⁶

Como referido anteriormente, na secção relativa aos pronomes pessoais, os falantes de PL não utilizam os pronomes clíticos o, a, os, as. Em vez disso fazem concretizações como “eu chamo-**lhe**”, “eu vou-**lhe** chamar” ou “eu chamo **ele**”, em vez de “eu chamo-o” ou “eu vou chamá-lo”. Em kikongo, umbundu e kimbundu, estes pronomes são formados da seguinte forma:

Kikongo: yandi (a ele, a ela, o, a, lhe)

bau (a eles, a elas, os, as, lhes)

Umbundu: u (a ele, a ela, o, a, lhe)

va (a eles, a elas, os, as, lhes)

Kimbundu: mu (a ele, a ela, o, a, lhe)

a (a eles, a elas, os, as, lhes)

Portanto, verifica-se que os pronomes de 3ª pessoa do singular e do plural possuem a mesma marca independentemente do caso, tratando-se de uma forma invariável.

Por outro lado, a posição que estes pronomes ocupam nas línguas difere também da posição ocupada em PE: o pronome vem em posição pré-verbal, por oposição ao PE, no qual vem depois da forma verbal. De tal forma que também podemos encontrar falantes que concretizam “eu **lhe** digo” e não “eu digo-lhe”.

Ambas as condições levam a que os falantes de PA transponham para o português a mesma estrutura das respectivas línguas maternas, o que constitui um desvio à norma-padrão¹⁷.

Um outro aspecto que merece referência é a construção dos complementos circunstanciais. Em PE os complementos circunstanciais de lugar onde e para onde, manifestam-se pelas preposições *em* e *a* ou *para*, respectivamente. Nas línguas bantu não é feita, mais uma vez, a distinção entre os dois complementos:

Kikongo: ngyele ku nzo (vou para casa)

ngina ku nzo (estou em casa)

Umbundu: eye wenda konjo (eles vão para casa)

eye okasi konjo (eles estão em casa)

Kimbundu: mwene wamuya ku bata (ele vai para casa)

mwene wala ku bata (ele está em casa)

¹⁶ Zau, Filipe, *Angola – Trilhos para o Desenvolvimento*, pp. 42.

¹⁷ Idem, pp. 44.

O prefixo “ku” representa o complemento de lugar onde, o correspondente à preposição *em*, contudo quando em presença de um verbo que expressa movimento, corresponde também à preposição *para*, ou seja, ao complemento de lugar para onde.

Acontece frequentemente que falantes utilizem indistintamente os complementos circunstanciais de onde / para onde, como nos exemplos dados a seguir:

- “ele está na cidade”
- “ele vai na cidade” (ele vai à cidade)
- “ele está na escola”
- “ele vai na escola” (ele vai para a escola)¹⁸

Introdução de palavras de línguas locais no léxico

O campo lexical não foi exceção no intercâmbio linguístico entre a variedade padrão e as línguas nativas de Angola. Tal como nos campos anteriormente referidos, o vocabulário do português em Luanda sofreu alterações, mudanças e, acima de tudo, empréstimos das suas línguas que partilhavam, e continuam a partilhar, com ele o território.¹⁹ Deixo aqui alguns exemplos de empréstimos feitos ao PL:

¹⁸ Idem, pp.43.

¹⁹ Corpus retirado de Mingas, Amélia, *Multiplicidade linguística: A Língua Portuguesa em Angola*, XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, pp. 75.

Língua kimbundu

- kamba, de *dikamba*, “amigo”
- cota, de *dikota*, “pessoa adulta”
- cangar, de *kukanga*, “prender, amarrar”
- cochilar, de *kukoxila*, “dormitar”
- bombo, de *mbombo* “mandioca amolecida em água”

Língua umbundu

- loengos, de *olohengo*, “frutos silvestres”
- losakas, de *olosaka*, “pequenas beringelas”
- suanga , de *swanga*, “esparregado de folhas de mandioqueira”
- século, de *sekulu*, “o mesmo que cota”

Língua kikongo

- matiti, de *matiti*, “relva”
- bacamas, de *bakama*, “elementos de uma seita religiosa”
- Boco Zau, de *Mbuku Nzawn*, nome de uma localidade
- Simulambuco, de *Nsi ya Mambuco*, “Terra do Mambuco”, um sítio histórico

6. Sistema Educativo em Angola

6.1 Estatísticas de Escolarização

O panorama da educação em Angola revela as mesmas desigualdades de género presentes em outros contextos da sociedade, ainda que se registre uma tendência crescente da taxa de escolarização. No ensino primário, durante o período de 2000 a 2003, houve um aumento de 56,7% para 91,1%, mais especificamente de 52% para 76,6% nas raparigas e de 60,3% para 123,3% nos rapazes. Podemos assim concluir que existem mais rapazes a frequentar o ensino do que raparigas.²⁰ Em 1998, as estimativas apontavam para uma taxa de analfabetismo de 50% nos homens e de 70% nas mulheres, mas em 2000 a taxa de analfabetismo (população com idade igual ou superior a 15 anos) era de 58%. No entanto, até 2001 cerca de 4.000.000 pessoas (55% são mulheres) foram alfabetizadas²¹. Há ainda que salientar que, em 2003, a taxa de abandono escolar no ensino primário era de 22%.

6.2 Ensino da Língua

A relação língua/sociedade está na base da formação de uma comunidade coesa e com uma sólida noção de identidade nacional. A assimilação do português, enquanto segunda língua pelos falantes angolanos foi, como já abordei, um processo gradual e difícil. Durante o período de colonização, eram poucos os nativos que tinham acesso à educação, apenas os

²⁰ Dados retirados do Relatório sobre Aplicação do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, publicado no sítio <ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/011/ah457p.pdf>.

²¹ Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos, disponível no link www.inide.angoladigital.net/pdf/EPT_Angola.pdf.

“assimilados” tinham essa oportunidade. A esse respeito, Rui Ramos fala da sua experiência pessoal enquanto indivíduo que frequentou o sistema educacional em Angola:

“ (N)o meu tempo fui companheiro de três ou quatro crianças negras ou mestiças no ensino primário, para centenas, se não milhares, de brancas. Logo no primeiro ano do liceu só havia um negro na minha turma de 40 alunos. No meu ensino complementar para Direito, havia uma média de 50 brancos para quatro negros e mestiços. Todos os outros ficavam pelo caminho.”²²

Ainda que se trate de um testemunho na 1ª pessoa sem nenhum propósito de análise científica, cuja fidelidade dos dados estatísticos presentes não foi comprovada, a sua inclusão neste estudo justifica-se como um “olhar por dentro”, uma experiência vivida da realidade social de Angola no período colonial.

É evidente a disparidade que havia no acesso ao sistema educativo até à data da independência. Mas como se encontra hoje esse sistema? A escolha do português para língua oficial e veicular de Angola levou a que fosse essa a língua do poder, adoptada pelo sistema político, económico e educativo do país. Por isso mesmo o português, e apenas este, figura como língua ensinada aos alunos que frequentam a escola. A este propósito, António Quino (2009) demarca três grupos caracterizadores deste processo de escolarização: os alunos que têm o português como língua materna, os que têm uma língua africana de Angola como língua materna e ainda os alunos que não dominam nenhuma língua em particular mas que, ainda assim, têm o português como língua materna.²³ Já referi anteriormente que a grande maioria das pessoas encarregues do processo de assimilação da língua e cultura portuguesa, aquando da colonização, não teriam elas próprias um profundo conhecimento das mesmas, logo as suas competências de transmissão não seriam também suficientes para tal tarefa, o que levou a um processo de aquisição linguística imperfeito e desviante do seu original, “contaminado” pelas línguas nativas de origem. Esta situação repete-se no caso do último grupo de alunos, já que o

²² Retirado do testemunho de Rui Ramos, no sítio www.ciberduvidas.com.

primeiro contacto que estes tiveram com o português foi através de outros falantes que não dominavam a língua, logo a sua língua materna resultou numa variação do português padrão, simultaneamente baseado e distanciado do mesmo.

É portanto esse conhecimento que os alunos levam consigo quando chegam à idade escolar e entram em contacto com o sistema de ensino leccionado em português padrão. Alguns especialistas defendem que este “factor em particular tem contribuído para um baixo rendimento escolar dos estudantes nas matérias ministradas nas escolas, já que a LP [Língua Portuguesa] é também o veículo pelo qual se processa o ensino.”²⁴ Trata-se portanto de um ciclo repetitivo: se o aluno não domina a língua, o processo de aprendizagem será mais difícil e moroso, e por conseguinte, descem os níveis de motivação bem como as taxas de sucesso escolar. A meu ver este é um argumento válido que, a par com outros factores sociais e políticos, contribui para explicar a falta de escolarização do povo angolano.

O desenvolvimento de uma nação é, em grande parte, determinado pelo índice de escolarização da sua população, apenas alcançado através de um sólido e eficiente sistema educacional, que reflecta a realidade e quotidiano de todo o território nacional. Ou seja, as doutrinas de ensino devem ser formuladas consoante os denominadores comuns de todas as camadas de jovens que por elas serão abrangidas, não apenas da camada que tem na LP a sua verdadeira língua materna.

“Toda a comunidade espera que a escola ajude a criança a compreender a realidade material, social e espiritual, com as suas contradições e as suas variedades, para que ela (criança) possa atingir a sua autonomia individual e a integração na comunidade. Como a língua faz parte da realidade social, a escola deve ser um espaço de integração social e não de exclusões.”²⁵

²³ Quino, António, *A escola no combate ao xiboleto*, pp. 1.

²⁴ Idem, pp. 2.

²⁵ Idem, pp. 2.

É nesta perspectiva que interessa tocar o tema da discriminação e marginalização dos falantes que não usam a língua-padrão, uma situação progressiva que nasce durante os anos escolares e que acompanha o indivíduo ao longo da sua vida. Ainda que entre a população angolana sejam poucos os que falam correctamente o português padrão, é imperativo que, como língua de poder, esta seja utilizada por todos e em todas as situações de cariz político, social, educativo ou religioso. Qualquer cenário de desvio é imediatamente originador de exclusão. Como exemplo mais elucidativo, António Quino apresenta-nos o caso dos manuais e outros livros didácticos que, ao apresentarem as variedades linguísticas, sugerem que estas devam ser evitadas na escrita e em situações mais formais. A ideia implícita na sociedade, não somente na angolana, é que o indivíduo que utiliza a “norma culta” pertence a um estatuto social mais elevado, e por isso é mais importante do que aquele que utiliza um idioma com interferências exteriores.

O mesmo autor advoga a necessidade de valorizar mais a diversidade cultural e as línguas nativas de Angola, como instrumento de integração e de aprendizagem do português nas escolas, mas vai mais longe, acredita que “já que a LP é a [língua] de unidade nacional, não seria desprestigante se no processo de ensino/aprendizagem da mesma se tivesse em conta a importância das LAA [Línguas Africanas de Angola]. A acontecer, seria o valorizar da cultura dos formandos, da cultura das diferentes comunidades linguísticas angolanas e permitiria, certamente, uma redução dos elevados índices de insucesso escolar”.²⁶

Acosta e Leiria (1997) referem que, a evolução e crescente importância dos modelos cognitivos tem permitido o seu reconhecimento no processo de aquisição de uma outra língua, a língua materna e uma outra e de todo o conhecimento do mundo. Uma vez que o conhecimento de uma segunda língua permitirá o desenvolvimento intelectual criativo. Neste sentido, os autores de certo modo defendem a “redução do peso da língua materna”, com base nas noções de psicologia comportamental, uma vez que ao adquirir conhecimentos linguísticos de duas línguas diminui a dificuldade na aprendizagem.

²⁶ Idem, pp. 3.

6.3 O Ensino da Língua e a Formação de Identidade Nacional

O governo de Angola encontra-se já a desenvolver medidas na direcção do desenvolvimento do ensino em línguas nacionais. Segundo o Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos (PAN/EPT)²⁷, o Estado pretende “reforçar a capacidade institucional para a promoção e generalização das Línguas Nacionais como meio de ensino; experimentação de três Línguas Nacionais como meio de ensino; elaboração de programas, manuais, guias e cartazes para uso nas regiões de domínio das línguas trabalhadas”. Apesar do anúncio destas medidas, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de melhorar, de adaptar o sistema educativo às grandes massas escolares. É essencial a delineação e aplicação de estratégias para o ensino que sejam adequadas para um processo de aquisição e consolidação de uma “segunda” língua, que auxiliem e aperfeiçoem o domínio da expressão linguística enquanto meio de transmissão de ideias.

A este respeito, Lopes (1985) concorda com a urgência em inserir as línguas nativas, línguas bantas, no sistema de ensino mas considera que existe um outro argumento para a hesitação em investir mais na alfabetização dos falantes: “Se não procedem assim imediatamente, e se a escolaridade em Angola e Moçambique não começa pelas línguas bantas, para depois passar para a língua veicular, é por razões meramente técnicas, é porque não dispõem de pessoal, de meios, de estudos que permitam o ir imediatamente para a escolarização em cinco, seis, sete, ou oito línguas diferentes. E por isso, eles estão a começar com a utilização do Português em relação àquelas camadas da população em que isso é mais fácil e para quem isso é necessário: o exército, os quadros do funcionalismo, operários ou pessoas que trabalham em técnicas de produção de carácter mais adiantado ou que fazem parte de outras missões sociais de carácter mais influente. É por aí que começa a alfabetização.”²⁸

A população de Angola tem a noção da pluralidade linguística que existe no seu território, no entanto têm sido feitas inúmeras tentativas para fazer passar a ideia de que a primazia

²⁷ Disponível no link www.inide.angoladigital.net/pdf/EPT_Angola.pdf.

²⁸ Intervenção de Óscar Lopes *in* I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, 1985, pp. 156.

do português sobre as restantes é total, ideia que não reflecte a realidade dos seus falantes. Quando essa diversidade cultural e linguística for assumida, autoridades e comunidades poderão começar a trabalhar num espírito de unidade nacional, na construção de uma nova identidade nacional mais ligada à vivência/experiência e cultura daqueles que verdadeiramente compõem a sociedade angolana.

“ (...) os pais dos milhões de crianças angolanas que hoje só falam português falavam um quimbundo ou um umbundo ou um quicongo mais rico do que aquele português que os seus filhos falam. O português que as nossas crianças falam é, na verdade, um idioma empobrecido. E quem não é capaz de falar um idioma, qualquer que seja, em todo o seu esplendor, e pensa apenas nesse idioma – pensa mal. O que nós estamos a assistir em Angola é a lenta erosão do pensamento.”²⁹

A escolaridade traz conhecimento ao indivíduo, ensina-o a raciocinar, a compor uma linha de pensamento coerente mas, mais importante do que isso, confere-lhe a confiança e competência para colocar dúvidas, para duvidar do que é normalmente inquestionável por outros. “O pensamento exige palavras. Um pensamento complexo exige muitas palavras. Um pensamento muito complexo exige muitas palavras e diversos idiomas.”³⁰ O conhecimento do que compõe a sua herança histórica, linguística e cultural, dá ao indivíduo a oportunidade, e a vontade, de ajudar na composição da história do seu país. “A consciência crítica é também linguística. Para além do domínio da norma padronizada, em quaisquer dos países lusófonos, o ensino da língua deve ajudar os educandos a sentirem-se sujeitos da sua história na realização da sua cidadania. O desenvolvimento de uma consciência linguística pode auxiliá-los na construção do seu processo de consciencialização crítica.”³¹

²⁹ Agualusa, José Eduardo, *A Língua Portuguesa em Angola – De Língua Madrasta a Língua Materna*, pp. 3.

³⁰ Idem, pp.2.

³¹ Paiva, Zilda Laura Ramalho e Maria Helena Ançã, *Português em Três Continentes*, pp. 1.

Panorama literário em Angola

Apesar de ser um país relativamente recente, a República de Angola tem já uma vasta tradição literária, tradição essa que se divide entre a literatura oral e a escrita.

Perante o cenário de variação linguística do português de Angola, impõem-se as seguintes questões: Como se comportam os escritores perante as mudanças? Será que as suas produções literárias, nas quais é assumida com orgulho a faceta angolana, reflectem a multiplicidade cultural e linguística própria do país?

Na minha perspectiva, a comunidade literária de Angola ocupou duas posições distintas no espectro do português europeu, mediante uma aproximação ou afastamento em relação a este: os que seguem com precisão a norma-padrão e os que se vão afastando das suas regras gramaticais e do seu léxico.

A este respeito, José Eduardo Agualusa escreveu:

“Já em Angola a maioria dos escritores com algum reconhecimento internacional – como Luandino Vieira, Pepetela, Ruy Duarte de Carvalho, Ondjaki, Ana Paula Tavares, Manuel Rui ou eu próprio – são provenientes de famílias de origem portuguesa, ou de famílias onde há muitas gerações se fala português como língua materna. (...) Propor a um escritor que trabalhe numa língua, que não o seu idioma materno, pode ser encarado quer como um desafio, quer como uma violência, que se traduz por um empobrecimento, senão mesmo por uma falsificação, do universo original. Os escritores que têm o português como língua materna, e em particular os escritores de ascendência portuguesa, são, neste contexto, claramente beneficiados (...) na verdade a

esmagadora maioria dos escritores africanos optaram por escrever num outro idioma, que não a sua língua materna”.³²

Portanto, ainda que o português não seja a língua materna, tem antes o estatuto de segunda língua, dos falantes angolanos, os escritores optam por utilizá-lo na sua literatura. Várias explicações possíveis tomam forma, e talvez não haja nenhuma mais correcta que a outras: o pré-conceito ainda enraizado de que o português, sendo uma língua oficial e de poder, deve ser utilizado em todas as vertentes da estrutura nacional, incluindo na literatura; o objectivo de qualquer escritor é ter sucesso, no seu país e no exterior, para chegar a um público maior tem de usar uma língua mais abrangente que o português de Angola, daí a escolha do português padrão, comum a todos os países lusófonos; ou a falta de público resulta numa fraca procura de livros escritos em línguas nativas, por parte das editoras. Talvez não se possa apontar uma única razão para a rica produção literária dos escritores angolanos em português padrão, talvez seja uma amálgama de factores e circunstâncias que propiciaram a condição actual.

Papel da literatura na disseminação da língua

Mas existem também escritores que, por acreditarem que “o uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável, actualmente, na nossa literatura não resolve os nossos problemas”³³, optaram por se dissociar, de forma consciente, da norma-padrão. Esta escolha, pela sua postura diferenciada, pode também possuir algum valor publicitário que se traduz nas vendas do mercado literário.

³² Agualusa, José Eduardo, *A Língua Portuguesa em Angola – De Língua Madrasta a Língua Materna*, pp.3-4

³³ Excerto de discurso de Agostinho Neto in Jorge, Manuel, *Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola*, 2006, pp. 8.

Tomemos como exemplo o escritor Luandino Vieira que, nas suas palavras, acredita que “um escritor tem a liberdade de criar uma linguagem que não seja a que os seus personagens utilizam, uma homóloga desses personagens”. A escolha linguística do escritor passa portanto pela criação de uma nova linguagem que não é nem o português corrente nem a habitual linguagem literária. Prova disso é a ausência dos frequentes erros gramaticais encontrados em falantes menos instruídos, cuja segunda língua é o português. Assim sendo, Luandino Vieira tem a preocupação de demarcar-se tanto da norma europeia como de um modelo linguístico local/nacional³⁴.

A sua escrita comporta uma linguagem com diferentes processos formais, lexicais e sintáticos, que tornam o seu texto bastante diferente da habitual produção literária, o que pode dificultar a sua compreensão para um leitor exterior à comunidade angolana. Ao nível lexical, é constante o recurso a empréstimos do quimbundo (palavras como “muadié” ou “monandengue”), as derivações lexicais (“aprendizar” ou “remorsificado”) e as reduplicações de palavras (“logo-logo” ou “bocado-bocado”). Ao nível sintático e semântico, Luandino Vieira tem alguns desvios da construção verbal presentes também em falantes angolanos, ao passo que outros desvios são aparentemente inéditos: como a “adição” de termos que não ajudam à descodificação semântica do discurso, por exemplo “O ajudante tinha **ainda** encostado na parede.”³⁵

Não obstante a escrita de Luandino Vieira, é urgente que os escritores se disponham a produzir livros em línguas nacionais, ainda que inicialmente o valor comercial possa ser um impeditivo. As entidades culturais e governamentais devem ter um papel activo na mudança do actual cenário, devem apoiar as editoras nacionais na publicação e promoção destas obras. Também o sistema educativo tem o dever de contribuir para esta mudança, implementar novas medidas e reforçar as já existentes, no sentido de alfabetizar mais crianças nas respectivas primeiras línguas. Todos os mercados literários têm um estilo e um público-alvo. No caso do angolano, esses só têm de ser redireccionados.

³⁴ Gonçalves, Perpétua, *Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique*, 2000, pp. 216-217.

³⁵ *Idem*, pp. 219-221.

Conclusão

Em todas as antigas colónias portuguesas, a língua do colonizador marcou, com maior ou menor força, a sua presença. O processo da colonização acarreta grandes mudanças para ambos os lados, do colonizador e do colonizado. Tanto mais no caso das colónias africanas, cuja permanência foi tão prolongada, um tanto ou quanto comprovada pela existência da CPLP (Comunidades de Países de Língua Oficial Portuguesa). Amélia Mingas afirma que:

“a língua portuguesa constitui um instrumento próprio a essas comunidades e resulta de uma construção histórica que se consolidou na tensão dialéctica entre a aceitação e a repulsa, entre a imposição e a liberdade, que representava o poder colonial e a ideia de independência e liberdade. (...) Quer isto dizer que, para lá dos elementos identificadores de cada um dos Estados e povos que constituem a [CPLP] – e em que os seus contextos culturais e linguísticos locais são elementos determinantes – há uma efectiva transnacionalização de um património – a língua portuguesa – que surge, não com uma única mas várias identidades e que se foram, progressivamente, construindo.”³⁶

Angola, devido ao seu passado de ocupação, possui características comuns a tantos outros países africanos, características resultantes da tensão dialéctica a que a autora se refere. Não se deve portanto descartar nem diminuir a condição que é comum a todos eles. No entanto, neste território a presença portuguesa parece ter sido mais vincada, talvez até mesmo mais prolongada, algo que ajudaria a explicar a continuação das relações económicas e culturais entre os dois países.

³⁶ Mingas, Amélia, *Multiplicidade linguística: A Língua Portuguesa em Angola*, XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, pp. 73.

A ocupação e as sucessivas guerras, antes e depois da independência, condicionaram a relação entre os dois povos mas, mais que isso, modificaram o percurso de assimilação linguística dos falantes da língua portuguesa. A necessidade em refugiarem-se para outros territórios, no país e em países vizinhos, proporcionou aos angolanos próximos contactos com outras culturas e línguas. Quando se dá o retorno à sua área de origem, já levavam consigo as influências de línguas externas e de línguas locais que iriam concretizar a realidade linguística registada actualmente em Angola. Aliados a estes factores de deslocação e migração, estão as políticas opressoras de pouca integração da entidade colonizadora, que não só não contribuíram para uma assimilação mais pacífica e célere da cultura e língua portuguesas como ainda ajudaram as comunidades a fecharem-se mais. A implementação do processo de forçada *assimilação*, que permitia a subida na escala social, com todos os benefícios económicos e sociais a ela inerentes, aumentou a motivação dos angolanos e iniciou a progressiva aproximação destes à língua do poder.

Já num período posterior à independência, a língua portuguesa, tornada oficial, tinha um estatuto muito mais elevado do que as línguas locais. Esta deveria cumprir uma funcionalidade, a de unir toda a população em torno de uma única forma de comunicar. A língua oficial deveria permitir aos seus falantes comunicarem entre si, com as comunidades africanas que partilham a mesma língua e com outros países nos quais ela é falada. Levando em consideração essa situação, levanta-se a questão como poderia esta situação ser possível, se, apenas menos de um terço da população dominava a língua. Poderia a condição de ter outra língua materna, ser um factor de exclusão?

Na verdade, durante muito tempo foi precisamente isso que aconteceu. O fraco planeamento e estruturação do sistema de ensino não ajudou os mais velhos a escolarizarem-se nem educou as crianças no sentido de dominarem a língua veicular. Ainda outro factor que veio perturbar o já débil processo educativo foi a falta de consciência e de sensibilidade para enfrentar a real condição das crianças que entravam no processo de escolarização e que, sem dominarem minimamente o português, eram forçadas a compreender todas as matérias leccionadas nesse mesmo português. A situação poderá vir a alterar-se com a implementação de um plano nacional de educação que visa, entre outras medidas, introduzir o ensino das línguas locais no sistema educativo bem como aumentar o tempo de escolarização e a percentagem de alunos integrados.

Do mesmo modo que o ensino carece de reestruturações, também a literatura precisa de incentivos ao nível de apoiar a divulgação das línguas nacionais, por meio da publicação de livros, estudos, até mesmo de histórias infantis.

Tudo deve ser feito no sentido de se promover a disseminação destas línguas, sendo fundamental a coexistência da língua portuguesa com as línguas nacionais. Primeiro porque a utilização da primeira é indispensável no seu contacto com o exterior, com os países que fazem parte da CPLP e com o resto do mundo. Segundo porque as nossas línguas locais são elementos integrantes daquilo que constitui a identidade nacional, e isso deve ser preservado com o maior dos esforços.

Bibliografia

- ACOSTA, J. e LEIRIA, I. (1997). O Papel dos conhecimentos prévios na aquisição de uma língua não Materna. *Polifonia*, Edições Colibri, nº1, pp. 57-80.
- AGUALUSA, José Eduardo (2008). “A Língua Portuguesa em Angola – De Língua Madrasta a Língua Materna”. in *Da Roma all’Oceano. La lingua portoghese nel mondo*, Roma: La Nuova Frontiera.
- ANÇÃ, Maria Helena (1999). “Da Língua Materna à Língua Segunda”, *Revista Noesis*, nº 51, 14-16.
- ANDRADE, C. (1981). *Lavra & Oficina / União dos Escritores Angolanos*. União dos Escritores Angolanos. - Nº 34-39, p. 28. Luanda.
- BENDER, Gerald J. (1978). *Angola under the Portuguese: the myth and reality*. Berkeley: University of California Press.
- BERNARDES, Octávio N. Canhão (1970). “A língua portuguesa e Angola”. *A Bem da Língua Portuguesa - Boletim da Sociedade Portuguesa*.- Tomo I, Ano XXI, (Março-Abril), pp. 93-104.
- CARVALHO, Paulo de (1991). *Estrutura Social e Linguagem: o caso da Angola colonial*. Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra.
- CUNHA, Ana Stela de Almeida (2001). *Olhar para a África para compreender o Brasil: a situação linguística de Angola e o português falado nos quilombos do Maranhão*. *Revista Enapol*, São Paulo - Humanitas, v. vol 1, pp. 105-110.

CUNHA, Ana Stela de Almeida (2003). *A actuação do “Parâmetro do Sujeito Nulo” na variedade popular rural do português falado nos quilombos do Maranhão*. Tese de Doutoramento, São Paulo, USP.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (1986) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

Di GEGÓRIO, Anete Mariza Torres (2004). “Particularidades Linguísticas no Português de Angola”. *Revista Philologus*. Ano 12 n° 34.

ELISEU, André (2008). *Sintaxe do Português*, Lisboa: Caminho.

FERREIRA, Júlio (1926). *Angola: notas e comentários dum colono*. Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial.

GONÇALVES, Perpétua (2000). “Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique”. In *Via Atlântica*, n. 4, São Paulo: DLLCV/USP, pp. 212-223.

GONÇALVES, Perpétua (1998). *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

GONÇALVES, P. e Christopher STROUD (orgs.) (1997). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume I - Objectivos e Método*. Maputo: INDE.

_____ (1997a) (*Panorama do Português Oral de Maputo. Volume II- A construção de um banco de “erros”*). Maputo: INDE.

_____ (1998). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume III- Estruturas gramaticais do português: Problemas e exercícios*. Maputo: INDE.

(2000). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume IV- Vocabulário básico do português (espaço, tempo e quantidade)- Contextos e prática pedagógica*. Maputo: INDE.

(2002). *Panorama do Português Oral de Maputo. Volume V- Vocabulário básico do português. Dicionário de regências*. Maputo: INDE.

HILÁRIO, Mónica (2000). “A língua Portuguesa como Instrumento veiculador de identidade nacional em Angola”, *Revista África Debate*, nº 2. Disponível em: <<http://users.domaindx.com/africadebate/ad2%20monica%20hilario.htm>>.

HYLTENSTAM, Kenneth e Christopher STROUD (1997). *Questões linguísticas - relatório final e recomendações da avaliação de materiais de ensino para o 1º grau do ensino primário em Moçambique*, Maputo, Moçambique: INDE.

INVERNO, Liliana (2004). *Português vernáculo do Brasil e Português carnáculo de Angola: reestruturação parcial vs mudança linguística*, In M. Fernández, M. Fernández-Ferreiro and N. Vázquez Veiga, eds. *Los Criollos de base ibérica: ACBLPE*. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 201-213.

INVERNO, Liliana (2008). *Transição de Angola para o português vernáculo: uma história sociolinguística*, In Luís Reis Torgal (Coord.). *Comunidades Imaginadas*, pp. 169-182. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

INVERNO, Liliana (2009). *A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal*, In Ana M. Carvalho (ed.) *Português em contato*, pp. 87-106. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert.

JORGE, Manuel (2006). *Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola, Latitudes*, nº 28, pp. 3-10.

- LOPES, Óscar (1995). Intervenção no debate a propósito da comunicação de M.H.M. Mateus “A língua portuguesa – unidade e diversidade”. in *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 155-157.
- MALACA CASTELEIRO, João (coord.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1985). “A Língua Portuguesa – Unidade e Diversidade”, *Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Faculdade de Letras de Lisboa.
- MINGAS, Amélia A. (1998). *O Português em Angola: Reflexões*, em VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (vol.1 Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, pp.109-126.
- MINGAS, Amélia A. (2000). *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Porto, Campo das Letras.
- MINGAS, Amélia A. (2004). *Multiplicidade linguística: a língua portuguesa em Angola*, em XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, João e Ntongo, Zavoni (2002). *Angola: Povos e Línguas*, Comissão Nacional Angolana do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, *Editorial N'zila*, Luanda.
- PAIVA, Zilda Laura Ramalho e ANÇÃ, Maria Helena (2007). “Português em Três Continentes. in *Língua portuguesa*, Fev.

- PERL, Matthias (1985). *Algunos resultados de la comparación de fenómenos morfossintácticos del “habla bozal,” de la “linguagem dos musseques,” del “palanqueo,” y de lenguas criollas de base portuguesa*. Estudios sobre español de America y lingüística afroamericana, 368-380. Bogota: Instituto Caro y cuervo.
- PALACIOS, Marcos (2001). “Por Mares Doravante Navegados: Panorama e Perspectivas da Presença Lusófona na Internet”, BOCC, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: http://www.bocc.uff.br/pag/_texto.php?html2=palacios-marcos-Mares-Doravante-Navegados.html.
- PINTO, Júlio Ferreira (1926). *Angola: notas e comantários dum colono*. Lisbon: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial.
- QUINO, António (2002). *A importância das línguas africanas de Angola no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa*. Monografia de fim de curso apresentada na Universidade Agostinho Neto, para a obtenção do grau de licenciado em ciências da educação. Luanda, Angola.
- QUINO, António (2009). *A importância das línguas africanas de Angola no processo de ensino/aprendizagem da língua*, Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda/Angola.
- REIS, Victorino (2006). *Sociolinguística, Dinâmica funcional vs Problemas funcionais da língua*, Editorial Nzila, Coleção: Série Linguística, Luanda.
- RODRIGUES, Cristina Udelsmann (2005). *Lusofonia em África: História, democracia e integração africana*, Maputo.
- VILLAR, Mauro (1989). *Dicionário contrastivo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- ZAU, Filipe Angola (2002). *Trilhos para o Desenvolvimento*, Lisboa: Universidade Aberta. Colectânea “Temas educacionais”.

ZAU, Filipe (2005). *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola (uma visão prospectiva)*, Lisboa: Universidade Aberta. Tese de doutoramento.

ZAU, Filipe (2007). “A língua Portuguesa e as línguas Africanas: a cooperação necessário para uma estratégia de desenvolvimento”, *Jornal de Angola*, Disponível http://www.angoladigital.net/digitalnews/index.php?option=com_content&task=view&id=4185&Itemid=40 (21 de Outubro de 2007).

Sites e ligações consultados

www.priberam.com

www.wikipedia.org

www.apl.org.pt/docs/actas-20-encontro-apl-2004.pdf

<http://www.angoladigital.net>